

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	8

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições Não Contábeis	10
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	15
3.7 - Nível de Endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras Informações Relevantes	18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	19
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	23
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	25
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	30
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	31
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	32
4.7 - Outras Contingências Relevantes	33

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	36
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	37
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	40
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	41
5.4 - Programa de Integridade	42
5.5 - Alterações significativas	43
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	44
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	45
6.3 - Breve Histórico	46
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	47
6.6 - Outras Informações Relevantes	48
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	49
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	50
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	51
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	52
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	57
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	58
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	59
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	60
7.8 - Políticas Socioambientais	61
7.9 - Outras Informações Relevantes	62
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	63
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	64

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	65
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	66
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	67
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	68
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	69
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	72
9.2 - Outras Informações Relevantes	74
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	75
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	80
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	81
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	82
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	83
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	88
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	89
10.8 - Plano de Negócios	90
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	92
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	93
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	94
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	95
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	99
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	100
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	101

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	102
12.7/8 - Composição Dos Comitês	105
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	106
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	107
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	108
12.12 - Outras informações relevantes	109

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	110
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	112
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	114
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	116
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	117
13.6 - Opções em Aberto	118
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	119
13.8 - Precificação Das Ações/opções	120
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	121
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	122
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	123
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	124
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	125
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	126
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	127
13.16 - Outras Informações Relevantes	128

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	129
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	131
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	132
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	133
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	134
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	135
15.3 - Distribuição de Capital	155
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	156
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	157
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	158
15.7 - Principais Operações Societárias	159
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	160
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	161
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	162
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	163
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	164
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	165
17.2 - Aumentos do Capital Social	166
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	167
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	168
17.5 - Outras Informações Relevantes	169
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	170

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	171
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	172
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	173
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	174
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	175
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	176
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	177
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	178
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	179
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	180
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	181
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	182

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	183
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	184
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	185

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	186
20.2 - Outras Informações Relevantes	187

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	188
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	189
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	193
21.4 - Outras Informações Relevantes	194

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Porto Alegre, 31 de maio de 2022

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Presidente da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações que:

- a. revi o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,

Luciano Adures de Oliveira
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Porto Alegre, 31 de maio de 2022

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações que:

- a. revi o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,

Augusto Lauro de Oliveira Junior
Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Porto Alegre, 31 de maio de 2022

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações, que:

- a. revimos o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,

Luciano Adures de Oliveira

Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1051-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	MOORE STEPHENS JARBA LIMA, FIORAVANTI, PUERARI AUDITORES E CONSULTORES S/S
CPF/CNPJ	07.048.269/0001-97
Data Início	04/10/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2015: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 134.400,00
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
JARBAS LIMA DA SILVA	04/10/2011	423.544.800-59	Avenida Cristóvão Colombo nº 3084, Conjunto 707, Higienópolis, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90560-002, Telefone (51) 33421003, Fax (51) 33421003, e-mail: jarbaslima@msbrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1236-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	21.601.212/0001-02
Data Início	29/07/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2016/2017: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 285.600,00 total

2018/2019: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 150.297,00 por ano.
2020: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 167.003,71. 2021: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 53.333,35.

Justificativa da substituição	Conforme o disposto no Art. 28º da Instrução CVM 308/99 tendo em vista o rodízio entre empresas de auditoria da Companhia.
--------------------------------------	--

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	29/07/2016	492.488.980-68	AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 2500, SALA 1105, CENTRO HISTÓRICO, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 21251400, Fax (51) 21251400, e-mail: carlos.santos@btrs.com.br

Possui auditor? SIM

Código CVM 1222-0

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Taticca Auditores Independentes SS

CPF/CNPJ 20.840.718/0001-01

Data Início 28/05/2021

Descrição do serviço contratado Auditoria das demonstrações contábeis e controles internos.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço 2021: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 94.500,00

Justificativa da substituição

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Luiz Fernando Silva Soares	28/05/2021	171.269.910-53	

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Informar outras informações relevantes sobre os auditores independentes:

Informamos que não há outras informações relevantes sobre os auditores independentes.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	724.202.000,00	697.696.000,00	670.282.000,00
Ativo Total	2.196.576.000,00	2.031.804.000,00	1.802.268.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.002.742.000,00	1.564.081.000,00	1.218.630.000,00
Resultado Bruto	397.440.000,00	428.046.000,00	334.935.000,00
Resultado Líquido	30.744.000,00	31.829.000,00	10.686.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	10.582.000	10.582.000	10.582.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	68,440000	65,930000	63,340000
Resultado Básico por Ação	2,900000	3,010000	1,010000

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Medições não contábeis

3.2.1. A Companhia divulga medições relacionadas ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, equivalente no Brasil ao LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

a) Valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2021	2020	2019
EBITDA / LAJIDA MR\$	100.834	138.535	45.953
EBITDA / LAJIDA %	5%	9%	3,8%
EBITDA / LAJIDA* MR\$	100.834	138.535	64.508
EBITDA / LAJIDA* %	5%	9%	5,3%

* Ebitda ajustado: Visando a adequada comparação, apresentamos o cálculo ajustado aos efeitos de R\$ 18,6 milhões de outras despesas operacionais, extraordinárias à condução dos negócios da Companhia, referentes a realização de ações judiciais ativas e passivas ocorridas no primeiro trimestre de 2019.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2021	2020	2019
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	88.018	121.826	30.427
Depreciações e Amortizações Permanente do	17.153	16.491	15.526
EBITDA / LAJIDA MR\$	100.834	138.535	45.953

c) Motivo da apresentação dos números com referência ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, ou (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização):

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Informar eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras:

Não se aplica à Companhia. A Administração da empresa entende não haver qualquer evento subsequente relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Política de destinação de resultados

CONTROLADORA	2021	2020	2019
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

CONTROLADA	2021	2020	2019
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	29.207.000,00	30.238.000,00	10.152.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	30,000000	30,000000	30,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	4,032000	4,330000	1,510000
Dividendo distribuído total	8.762.000,00	9.071.000,00	3.046.000,00
Lucro líquido retido	1.537.000,00	1.591.000,00	534.000,00
Data da aprovação da retenção	28/04/2022	29/04/2021	31/07/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	8.642.657,68	31/12/2021	8.947.623,45	31/12/2021	3.004.000,00	31/12/2020
Dividendo Prioritário Mínimo						
Preferencial	119.500,21	31/12/2021	123.717,86	31/12/2021	42.000,00	31/12/2020

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se nos 3 últimos exercícios sociais foram declarados Dividendos à conta de Lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores:

Nos últimos três exercícios sociais não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	1.472.374,00	Índice de Endividamento	67,03000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		4.981.692,11	0,00	0,00	0,00	4.981.692,11
Financiamento	Garantia Real		6.032.785,16	14.008.299,71	1.878.001,60	5.916.676,15	27.835.762,62
Empréstimo	Quirografárias		473.887.005,11	626.788.709,34	20.476.046,12	0,00	1.121.151.760,57
Total			484.901.482,38	640.797.009,05	22.354.047,72	5.916.676,15	1.153.969.215,30
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Outras informações relevantes sobre informações financeiras:

Informamos que não há outras informações relevantes sobre as informações financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento na Companhia

a) Fatores de risco relacionados à Companhia

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commodity* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

b) Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização com essa característica.

c) Fatores de risco relacionados a seus acionistas

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida a Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

d) Fatores de risco relacionados à suas controladas

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda foi criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

e) Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commodity* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 5% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

f) Fatores de risco relacionados a seus clientes

A empresa detém uma base de clientes com mais de 125 mil CNPJ's cadastrados, sendo mais de 10.4 mil clientes ativos (corte de 90 dias). Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

g) Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), movimentos na taxa Selic e em spread's bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opositora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional.

Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja, em volume atual aproximado de 45% do CPV. Com exceção do arroz – que tem importações pífias se comparadas ao abastecimento doméstico, as operações de proteína isolada de soja e fertilizantes são quase que integralmente abastecidas pelo mercado externo, mas sem a dependência individual de algum específico país, havendo alternativas de origem para ambos os casos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente ao redor de 9% de sua venda bruta anual. Entretanto, vem desde 2007 estrategicamente investindo na sua estrutura de vendas para o mercado externo.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;

- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;

- ,Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 90% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e spread´s bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2021, R\$ 1.154 milhões (consolidado).

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$ 35.222 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário. A administração da companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e Lei 4.131/62. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar e/ou Euro) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de SWAP para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a R\$ 239 milhões em 31/12/2021.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2021 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI		CDI DEZ 21	9,25%	aa	manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato				9,25%	9,25%	11,56%	13,88%
				CDI aa	CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/21	R\$239.082	diversos	CDI	diversos	R\$299.326	R\$311.488	R\$323.916
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$12.162	R\$24.591

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributárias, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia e suas controladas:										
A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta a montante de R\$ 3.244 milhões em 31/12/2021. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.										
Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2021:										
* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (Cível > R\$ 500 mil; Tributário > R\$ 500 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia.										
d) Partes do processo										
Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisoriamente em R\$ mil
11080.007884/2009-43	CARF	2ª Instância	18/03/2010	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 516.390,49	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2006, no montante de R\$ 2.197.085,45. Sobreveio Despacho Decisório, reconhecendo parcialmente o crédito pleiteado no valor de R\$ 1.680.694,96, contudo restou em aberto o débito no valor principal de R\$ 520.641,24 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi dado parcial provimento. A Procuradoria da Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720067/2010-18	CARF	2ª Instância	18/03/2010	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 503.321,78	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2006, no montante de R\$ 1.825.130,89. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.321.837,71, contudo restou em aberto o débito no valor principal de R\$ 496.569,50 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi dado parcial provimento. A Procuradoria da Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.721932/2010-43	CARF	2ª Instância	10/07/2010	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 1.505.759,05	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 1º trimestre de 2005 no valor de R\$ 2.643.855,79. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.184.000,00, contudo restou em aberto o débito no valor principal de R\$ 675.607,68 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080-904377/2017-60	CARF	2ª Instância	07/06/2017	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 999.147,47	Trata-se de Pedido de Ressarcimento, de crédito de saldo negativo de IRPJ, referente ao exercício de 2012, no montante de R\$ 545.178,12. Sobreveio despacho decisório não reconhecendo o crédito pleiteado, sob o argumento de que parte das estimativas compensadas não teriam sido confirmadas, razão pela qual não poderiam ser consideradas na composição do saldo negativo do período. Dessa forma, não foram homologadas as compensações vinculadas, emelando a cobrança no valor total de R\$999.147,47, sendo principal o valor de R\$582.750,63, multa o valor de R\$116.550,02 e juros o valor de R\$299.846,82. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente, para no mérito, confirmar as parcelas de crédito correspondentes à estimativa de novembro, compensada nas DCOFMS 24286.44659.291211.1.3.22-0968 e 05898.33277.291211.1.3.11-7520, bem como de parte da estimativa compensada do mês de junho, diante do comprovado pagamento de 30% do débito para adesão ao Proreli. Desseu de confirmar, contudo, as demais parcelas do débito incluídas no Programa, dessa forma, o despacho decisório foi reformado parcialmente para reconhecer o saldo negativo de IRPJ apenas no valor de R\$ 3.727,03. Apresentado Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.907380/2012-21	CARF	2ª Instância	03/07/2012	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 2.106.665,20	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de saldo-negativo de IRPJ, ano-calendário 2006, no montante de R\$ 3.934.972,80. Sobreveio despacho decisório, reconhecendo parcialmente o crédito pleiteado no valor de R\$ 2.819.618,48, contudo o crédito reconhecido foi insuficiente para compensar integralmente os débitos vinculados, gerando assim um valor devedor no montante de R\$ 2.106.665,20 (valor principal R\$ 1.309.300,94, multa R\$ 261.860,18 e juros de R\$ 535.504,08). Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi julgado parcialmente procedente, reconhecendo o valor adicional de R\$ 953.610,88. A PGFN apresentou Recurso Especial. Em 24/09/2013, a empresa interpôs Embargos de Declaração, bem como apresentou Contradições ao Recurso Especial da Fazenda. Adeviu decisão não contendo os Embargos. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial da PGFN.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
4.062.570-9	SEFAZ/SP	2ª Instância	12/10/2015	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	SEFAZ/SP	R\$ 4.205.472,61	Trata-se de Auto de Infração de ICMS relativo às saídas internas com redução de base, por meio do qual lhe foi exigido o crédito tributário de R\$ 4.205.472,61, decorrentes de cobrança de suposto débito de IMACS, no valor de R\$ 1.863.369,97, de juros de mora, de R\$ 643.937,64, e de multa no valor de R\$ 1.698.165,00, por diversas infrações. Apresentada impugnação, o AI foi julgado procedente. Interposto Recurso Ordinário, o AI foi mantido. Apresentado Pedido de Retificação de julgado e Recurso Especial. Em 15/09/2017, foi deferido o pedido de ratificação de julgado, ficando sobrestado o exame de admissibilidade dos demais recursos interpostos até final decisão. Aguarda distribuição.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
2016.000005807436-25 (2016.000003460412-45)	SEFAZ/PE	1ª Instância	13/01/2016	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	SEFAZ/PE	R\$ 1.858.731,28	Trata-se de Auto de Infração que exige o crédito tributário de ICMS no valor total de R\$ 1.858.731,28, sendo principal no valor de R\$ 875.071,66, multa no valor de R\$ 787.564,48 e juros no valor de R\$ 196.095,14, por suposto equívoco na apuração do ICMS relacionado ao Benefício Fiscal do PRODEPE, nos períodos correspondentes aos anos de 2013 a 2015. Foi apresentada impugnação, a qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
19515.720853/2018-27	CARF	2ª Instância	13/12/2018	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 48	Receita Federal do Brasil	R\$ 3.973.670,56	Trata-se de Auto de Infração, que exigiu IRPJ, IRPJ e CSLL, acrescidos de juros e multa de ofício agravada para 150%, em síntese e o argumento de que a JOSAPAR teria incorrido em fraude nas aquisições de feijão da empresa BREJO, exigido o crédito tributário consolidado no valor de R\$ 3.973.670,56. Foi protocolada Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso Voluntário e Recurso de Ofício, os quais aguardam julgamento no CARF.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720068/2010-62	CARF	2ª Instância	18/03/10	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 379.420,39	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2006, no montante de R\$ 1.643.703,01. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.264.282,63, contudo restou em aberto o valor principal de R\$ 373.330,91 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720071/2010-86	CARF	2ª Instância	18/03/10	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 459.564,21	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 4º trimestre de 2006, no montante de R\$ 1.742.185,60. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.282.621,39, contudo restou em aberto o valor principal de R\$ 412.013,38 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720072/2010-21	CARF	2ª Instância	18/03/10	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 439.871,54	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2007, no montante de R\$ 1.665.669,16. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.225.797,62, contudo restou em aberto o valor principal de R\$ 436.277,77 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi dado parcial provimento. A Procuradoria da Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720076/2010-17	CARF	2ª Instância	18/03/10	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001 22	Receita Federal do Brasil	R\$ 465.106,51	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2007, no montante de R\$ 1.840.296,78. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.375.190,27, contudo restou em aberto o valor principal de R\$ 462.483,43 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi dado parcial provimento. A Procuradoria da Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

11080.720078/2010-06	CARF	2ª Instância	18/03/10	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	R\$ 428.890,08	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 4º trimestre de 2007, no montante de R\$ 1.962.557,74. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.533.667,66, contudo restou em aberto o valor principal de R\$ 417.102,67 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi dado parcial provimento. A Procuradoria da Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.	Posível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720079/2010-42	CARF	2ª Instância	18/03/10	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	R\$ 409.082,03	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2008, no montante de R\$ 1.800.526,01. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.391.443,98, contudo restou em aberto o valor principal de R\$ 390.216,93 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi dado parcial provimento. A Procuradoria da Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.	Posível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.720086/2010-44	CARF	2ª Instância	18/03/10	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	R\$ 375.630,18	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de CDFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2008, no montante de R\$ 2.287.460,56. Sobreveio Despacho Decisório, o qual reconheceu parcialmente o crédito pleiteado no valor total de R\$ 1.894.548,16, contudo restou em aberto o valor principal de R\$ 396.235,57 correspondente às compensações vinculadas não homologadas. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário, o qual foi dado parcial provimento. A Procuradoria da Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.	Posível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
11080.909309/2021-73	CARF	1ª Instância	05/10/21	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Receita Federal do Brasil	R\$ 15.790.160,08	Trata-se de Pedido de Ressarcimento nº 21265.18878.230216.1.7.57-3910 de IR, referente ao período de 01/1999 a 09/2013, no montante de R\$15.123.353,06. Sobreveio Despacho Decisório reconhecendo parcialmente o crédito pleiteado no valor de R\$5.190.884,47, contudo, o crédito reconhecido foi insuficiente para compensar integralmente as compensações vinculadas, exigindo assim um valor devedor no montante de R\$15.790.160,08, sendo principal no valor de R\$10.123.490,27, multa no valor de R\$5.024.679,68, e juros no valor de R\$5.643.080,13. Apresentada Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento.	Posível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
0000298-44.2013.5.15.0082	Justiça do Trabalho - Vara do Trabalho de Belo Horizonte - 1ª Instância	1ª Instância	12/01/21	Vanessa Aparecida de Souza	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Não há	Processo reaberto somente para transferência do saldo de depósito existente nos autos	Remoto	Sem garantia	Não há como provisionar valor
0000298-44.2013.5.15.0082	Justiça do Trabalho - Vara do Trabalho de Belo Horizonte - 1ª Instância	1ª Instância	07/12/16	Janilze Ferreira de Assunção Andrade	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Não há	Responsabilidade solidária/subsidiária: Danos Morais e Materiais (acidente de trabalho); pensão mensal; integração do VA; diferenças salariais, PLR, restrição dos descontos devidos, assédio moral / Reclamada condenada de forma subsidiária pelas parcelas reconhecidas. Apresentado recurso pelas partes, foi mantida a condenação subsidiária da empresa. Foi negado provimento ao RR e às duas partes. Iniciada a fase de execução, foram apresentados cálculos e impropriações pelas partes. Homologação os cálculos, foi oposto Embargos à Execução pela primeira reclamada	Remoto	Sem garantia	Não há como provisionar valor
0019979-18.2018.5.15.0076	Justiça do Trabalho - 2ª Vara do Trabalho de Franca - 1ª Instância	1ª Instância	04/06/18	Giovane Teixeira	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 52.282,37	Sentença publicada em 09/01/2020 sendo julgada procedente em parte, havendo o reconhecimento de vínculo com a Josapar, bem como a condenação ao pagamento de horas extras. Foi realizado recurso ordinário, o qual aguarda julgamento. Publicado acórdão, dado parcial provimento ao RO da empresa, para afastar o vínculo de emprego, limitando a responsabilidade da Josapar apenas como devedor subsidiária (primeira reclamada como devedor principal, bem como definir que os honorários serão calculados sobre o valor liquidado da condenação. Interposto RR pelo autor. Aguardando juízo de admissibilidade. RR do autor admitido. Autos remetidos ao TST.	Remoto	R\$ 52.282,37	R\$ 52.282,37
000114.2017.04.005-7	Ministério Público do Trabalho - Ministério Público do Trabalho - 1ª Instância	1ª Instância	20/07/17	Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	Não estimável	Execução de multa por descumprimento de TAC. Último movimento: Juntada de comprovante de saldo remanescente do acordo pela Josapar.	Remoto	Sem garantia	Não há como provisionar valor
0010206-63.2011.5.04.0871	Vara do Trabalho de São Borja - Posto de Itaquí	1ª Instância	03/11/11	Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação de Itaquí/Maçambará	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 8.615.467,67	Pagamento de adicional de insalubridade aos empregados que trabalham nos setores: fase de recebimento/secagem, balança, descarga/moega/silo, secagem, beneficiamento (engenhos) e fase do empacotamento da empresa. Último movimento: "Reclamada intimada a comprovar a implementação em folha do adicional de insalubridade DE TODOS OS TRABALHADORES ativos dos setores especificados na sentença. Apresentados os cálculos de liquidação, forma homologados os cálculos do perito. Oposto Embargos à Execução. Aguardando julgamento do recurso interposto."	Provável	8.615.467,67	8.615.467,67
022/1.13.0018743-1	2ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/11/2013	Comil Silos e Secadores LTDA	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 1.834.831,23	Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta pela Comil em face da Josapar objetivando o pagamento de R\$ 1.834.831,23 em razão do inadimplemento do contrato firmado para ampliação da Unidade Vela Princesa. Ofertado imóvel como garantia à execução. Protocolado embargos à execução (022/1.14.0001751-1). O processo encontra-se suspenso aguardando julgamento dos embargos à execução. Processo digitalizado sob o nº 50030117020138210002	Posível	Com garantia	Não há como provisionar valor
022/1.16.0013319-1	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/10/2016	Comil Silos e Secadores LTDA	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 901.029,29	Trata-se de ação monitoria onde a Comil pretende o pagamento pela Josapar do valor de R\$ 480.00,00 em relação à parcela prevista de vencimento no dia 31/01/2013 em relação ao contrato formalizado entre as partes. Processo suspenso e até o julgamento do processo nº 022/1.13.0020351-8, no qual a Josapar alega o descumprimento do contrato por parte da Comil. Apresentados embargos à Monitoria, o autor protocolou sua impugnação, momento em que o processo foi concluído para que as partes sejam intimadas acerca das provas que pretendem produzir.	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
1107021-19.2017.8.26.0100	45ª Vara Cível de São Paulo	2ª Instância	30/10/2017	GBR Trade Marketing Solutions EIRELI	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 876.894,47	Ação de Execução movida pela GBR que está anexa à Ação Declaratória de Inexistência de Débito movida pela Josapar. Após o ajuizamento da ação, foi concedida liminar para suspensão dos protestos lavrados pela GBR em face da Josapar. Processado e instruído o feito, sobreveio sentença para julgar procedente a ação proposta pela JOSAPAR para declarar o débito inexistente e improcedente a execução proposta pela GBR. GBR interpôs recurso de apelação ao TSP que foi devidamente contrarrazado. Desprovida a apelação, fora interposto agravo interno. Com o julgamento de desprovetimento após-se embargos de declaração prequestionadores, que foram desacolhidos. Por fim, fora interposto recurso especial que também fora inadmitido. A GBR interps Agravo do 1.942 com o intuito de rever a decisão que inadmitiu o Recurso Especial, este que oferecemos as contrarrazões e o recurso aguarda julgamento.	Posível	Seguro Garantia nº 054952102000430775000011	Não há como provisionar valor
022/1.08.0007747-5	4ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	07/05/2008	Juracy José Dotto	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 329.146,80	Embargos à Execução em que o embargante sustenta a inexistência do título executivo executado pela Josapar. Realizada audiência de instrução para oitiva das testemunhas e o depoimento pessoal do autor. Audiência de conciliação inexistente. Designada audiência para reinterrogatório das testemunhas ou acareação. Encerrada a instrução, foi determinada a abertura prazo para apresentação de memoriais. Determinada a realização de prova pericial contábil para apurar os pagamentos feitos pela parte. Aguardamos manifestação do perito. O magistrado determinou o cancelamento da perícia, tendo o embargante agravado retido da decisão. Em 25/08 o magistrado determinou a remessa dos autos para a contadoria para apurar o valor discutido nos autos, em que pese este já estivesse concluído para sentença. Assim, em 11/07 foi interposto Agravo retido pela empresa, bem como apresentado contrarrazões do agravo interposto pelo embargante. Mantida a decisão agravada pelo MM. Juiz que determinou nova intimação do perito. Aguarda entrega do laudo. Ante o silêncio do perito nomeado, em substituição, foi nomeado um novo perito. Autos aguardando manifestação do perito. Carga com o perito. Expedido ofício dia 06/12/2013. Determinada intimação para informar se fora realizada a pericia. Determinada a substituição do perito e nomeação do novo expert que realizará a pericia contábil. Processo digitalizado sob o nº 5001296502019801002. Perito substituído nomeado tendo em vista que o primeiro nomeado pediu dispensa. Perito solicitou documentação suplementar para finalização do laudo.	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

5037413-91.2016.4.04.7100	16ª Vara Federal de Porto Alegre	2ª Instância	30/05/2016	União Federal	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 1.375.920,95	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança da dívida no valor de R\$ 1.375.920,95 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil novecentos e vinte reais e noventa e cinco centavos) atualizada para o mês de maio de 2016, conforme a Certidão de Dívida Ativa da União, inscrita sob o número 12.614.916-0. Em 27/06/2016 a União peticionou, requerendo a penhora de dividendos ou arresto dos valores suficientes à garantia da execução. Em 01/07/2016 sobrevoou despacho determinando a citação e a penhora dos valores via BACENJUD. Em 05/07/2016 foram expedidas cartas precatórias a CVM e BM & F BOVESPA para penhora dos dividendos. Em 08/07/2016, a executada apresentou Exceção de Pré-Executividade, com pedido liminar para que sejam suspensas as constrições (penhoras online e constrição na liberação de dividendos). Por fim requereu a nulidade da CDA e a extinção da Execução Fiscal. Em 11/07/2016 foi revogada a constrição dos valores junto às instituições financeiras. A União peticionou concordando com o pedido de suspensão e requereu o deferimento do prazo de 30 dias para impugnar a exceção. Em 18/07/2016, a União se manifestou, requerendo a rejeição da exceção de pré-executividade, alegando a necessidade de flagra probatória por meio de embargos à execução ou ação ordinária. Em 02/08/2016, a Bovespa juntou informações de que a Josapar e Itau prosseguiram com o pagamento dos dividendos. Em 03/08/2016 a Executada peticionou, requerendo a manutenção da suspensão das constrições e para que fossem liberados os valores em depósito. Em 09/08/2016 foi deferido o prazo de 30 dias postulado pela Executada. Em 10/08/2016 foi juntada CDA. Em 21/09/2016 União apresentou manifestação referente a CDA. Em 04/10/2016, a Josapar foi intimada para atualizar sua representação processual em juízo. Em 17/10/2016 a executada apresentou todas documentações necessárias para regularização processual. Em 05/12/2016, a executada apresentou Exceção de Pré-Executividade. Em 07/12/2016 foi proferida sentença, julgando procedente os pedidos da executada, acolhendo exceção de pré-executividade e julgando extinta a Execução Fiscal, condenando a União ao pagamento de honorários advocatícios à executada, os quais fixados em 10% sobre o valor arrestado via BACENJUD. Em 19/12/2016, a executada opôs Embargos de Declaração. Em 11/01/2017, os Embargos de Declaração foram rejeitados. Em 15/02/2017, a executada interps Recurso de Apelação. Em 02/08/2017, foi proferido acórdão dando parcial provimento à apelação e à remessa oficial para que os honorários advocatícios fixados tenham como base de cálculo o provento econômico. Desta decisão, a Executada interps Recurso Especial, o qual foi admitido. Em 18/04/2018, os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. Em 15/10/2021, sobreveio decisão dando provimento ao Recurso Especial interposto para declarar violado o art. 1022 do CPC, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de origem para manifestação sobre a matéria dos acatatórios. Em 05/02/2022 os autos retornaram ao TRF4, e atualmente, encontram-se conclusos para novo exame.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
2009.71.00.020803-2 (5076634-81.2016.4.04.7100)	16ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	20/07/2009	União Federal	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 703.513,53	Execução fiscal ajuizada em face das Certidões de Dívida Ativa nºs 0020700308789, 0020700308860 e 0060701089427. Em 07/01/2010, a União Federal peticionou informando que a executada aderiu a 1ª fase do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, que se encontra pendente de negociação e consolidação, em face disso pediu a suspensão da execução. Em 06/05/2010, a União peticionou requerendo a penhora no rosto dos autos da Execução de sentença nº 93.00.04106-1, onde a executada possui crédito a receber da União, através de precatório. Em 17/05/2010, foi proferida decisão indeferindo o pedido da União Federal. Em 04/04/2011, a executada se manifestou requerendo a suspensão da presente Execução Fiscal tendo em vista que serão extintos os débitos que constituem a CDA executada pela conversão de saldo remanescente dos depósitos judiciais realizados no Mandado de Segurança nº 2000.71.10.002359-2. Em 27/04/2011, a União requereu a suspensão de 120 dias da Execução Fiscal tendo em vista que o parcelamento celebrado pela executada continua válido. Em 22/02/2012, foi proferido despacho determinando a suspensão da presente execução, que permaneça até o presente momento. Em 15/03/2017, o processo foi suspenso haja vista o parcelamento de débito.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5016858-19.2017.404.7100 5022683-98.2017.4.04.0000 (Agravado de Instrumento)	14ª Vara Federal de Porto Alegre	2ª Instância	28/03/2017	União Federal	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 7.473.651,03	Trata-se de mandado de segurança em que a impetrante requer, em sede liminar, a concessão de ordem para suspensão da exigibilidade do crédito tributário objeto do processo administrativo fiscal nº 11080.010828/2005-62, assegurando a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição em cadastros de devedor. Em 16/04/2017, foi proferido despacho, indeferindo o pedido liminar. Em 11/05/2017, a impetrante interps Agravo de Instrumento. Em 12/05/2017, foi deferido o pedido liminar em Agravo de Instrumento. Em 22/06/2017, foi proferido acórdão dando provimento ao Agravo de Instrumento interposto. Em 12/09/2017, foi proferida sentença concedendo a segurança para anular o auto de infração objeto do processo administrativo nº 11080.010828/2005-62. Em 01/11/2017, a União Federal interps Recurso de Apelação. Em 01/11/2017, a União interps Recurso de Apelação, o qual foi negado provimento. Em 30/09/2021, foi juntada ao processo, o vídeo da sessão de julgamento. Em 26/10/2021, a União Federal opôs Embargos de Declaração, o qual fora impugnado devidamente em 05/11/2021. Atualmente, o feito aguarda decisão dos Embargos de Declaração.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
054/1.14.0002246-8 (CNJ: 0004538-12.2014.8.21.0054)	1ª Vara Cível de Itaquí	1ª Instância	01/10/2014	Município de Itaquí	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 537.241,89	Trata-se de Execução Fiscal interposta pelo Município de Itaquí, objetivando a cobrança da dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa nº 92747/2014. Em 31/10/2014, a Executada nomeou bens à penhora e requereu a abertura de prazo para apresentar Embargos à Execução. Em 06/02/2015 foi determinado a suspensão desta Execução Fiscal, bem como que a mesma seja apenas junto à ação anulatória. Em 18/06/2015 foi proferida decisão na ação anulatória tomando por termo o bem ofertado pela executada. Em 24/08/2020 foram recebidos os autos para a suspensão do processo.	Possível	Garantia Real	Não há como provisionar valor
0810083-02.2017.4.05.8300	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2ª Instância	01/07/2017	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	União Federal	R\$ 59.022.835,91	Trata-se de Mandado de Segurança objetivando, inicialmente, a suspensão da exigibilidade do débito, decorrente do Auto de Infração lavrado no processo administrativo nº 10480.721069/2011-30 e, no mérito, provimento jurisdicional que determinasse o cancelamento integral do referido expediente fiscal, com o consequente cancelamento do crédito tributário em razão da regularidade fiscal adotada pela impetrante quando das operações de importação de arroz do Uruguai e da Argentina. Em 19/07/2017, o pedido liminar foi indeferido pelo julgador de 1ª instância, sendo que, em ato contínuo, sobreveio sentença denegando a segurança pleiteada pela impetrante. Diante da referida sentença, a impetrante interps em 15/09/2017, Recurso de Apelação, com pedido de Antecipação de Tutela Recursal. O processo foi encaminhado para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde o Desembargador Relator apreciou apenas o pedido liminar, decidindo pelo indeferimento. Em 05/12/2017 sobreveio decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência. Em 09/02/18, foi oferecido Seguro Judicial de R\$ 59.212.052,50 para garantia dos débitos em discussão. Em 21/02/18 foi proferido despacho concedendo a tutela recursal para acionar a garantia e determinar que os débitos não sejam óbice à expedição de CND e que os mesmos não sejam inscritos no CADIN. Posteriormente, o impetrado opôs Embargos de Declaração, o qual não foram acolhidos. Diante da decisão, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram negado provimento. Em 09/10/2018 a Fazenda Nacional juntou novos Embargos de Declaração, o qual restou negado provimento. As partes foram intimadas para se manifestar a respeito de habilitação de terceiro interessado. Em 10/03/2020, foi indeferido o pedido da ABBARROZ de ingressar no feito como terceiro interessado. Em 11/05/2021 foi negado provimento ao Recurso de Apelação da empresa. Em 08/07/2021, a empresa opôs Embargos de Declaração visando ao questionamento da matéria para, posteriormente, interpormos Recurso Especial – objetivando a reversão do entendimento desfavorável. Em 29/10/2021, sobreveio decisão não acolhendo os Embargos de Declaração. Em 23/11/2021, interpostosmos Recurso Especial, o qual foi admitido. Em 09/02/2022, os autos foram encaminhados para STJ e protocolados sob o TP nº 3813/Pf. Em 17/02/2022, sobreveio a decisão não concedendo o pedido de Tutela Provisória de Urgência feito pela empresa. Em 25/02/2022 os autos foram conclusos para decisão.	Possível	Com Garantia	Não há como provisionar valor
5017178-45.2012.404.7100	2ª Turma do TRF4	2ª Instância	28/03/2012	União Federal	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 6.960.826,50	Trata-se de medida judicial objetivando que a Autoridade Coatora se abstenha de impor as multas previstas na Lei nº 9.430/96, com redação dada pelo artigo 62 da Lei nº 12.249/10. Em 16/04/2012, sobreveio a decisão indeferindo a liminar pleiteada pela impetrante. Em 17/12/2013, sobreveio sentença concedendo a segurança pleiteada. Em 07/01/2014, a União Federal interps Recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento. Em 24/03/2014, a União Federal interps Recurso Extraordinário, o qual foi sobreveio ao Tema nº 736 da Repercursoção Geral do Supremo Tribunal Federal.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

5003891-77.2015.4.04.7110 (2001.71.10.000840-6)	2ª Vara Federal de Pelotas	1ª Instância	17/06/2015	União Federal	Josapar Joaquim Oliveira S/A Participações	R\$ 8.470.160,44	Trata-se de cumprimento de sentença no processo nº 2001.71.10.000840-6, em face do reconhecimento do direito à integralidade da correção monetária dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás. Em 17/06/2015 a ação foi distribuída. Em 11/11/2015, a Ré foi intimada para o pagamento da condenação. Em 09/12/2015, a Ré apresentou petição impugnando o cálculo apresentado pela Autora, e reconhecendo como devido, apenas o valor de R\$ 2.724.336,29. A Autora apresentou petição ratificando os termos da inicial e requerendo expedição de alvará. Em 23/02/2016 foi interposto Agravo de Instrumento pela Eletrobrás insurgindo-se contra a forma de cumprimento do julgado. Em 07/07/2016, foi negado provimento ao Agravo da Eletrobrás. Em 25/04/2017, a Eletrobrás interps Recurso Especial, o qual foi provido, a fim de reformar o acórdão recorrido e autorizar a conversão do cumprimento de sentença em liquidação por arbitramento. Em 31/10/2017, foi determinada a remessa a contadoria, bem como para as partes apresentarem quesitos. Em 27/11/2017 a autora apresentou quesitos. Em 20/02/2018, foi juntado parecer pelo Setor de Cálculos Jurídicos da Justiça Federal. Em 12/03/2018 a Empresa se manifestou alegando que não concorda integralmente com o cálculo apresentado. Em 24/04/2018 peticionamos reiterando o pedido já formulado para determinar à Contadoria que confeccione novos cálculos de acordo com os critérios definidos aplicando-se os juros de mora de 6% ao ano calculados sobre os valores atualizados até 01/2003 devem ser atualizados pela variação do IPCA até a data do cálculo exequendo. Em 10/06/2019 foi publicada decisão encerrando o procedimento de liquidação, arbitrando como devido o valor de R\$ 8.440.634,40, atualizado até junho de 2015. Em 12/07/2019 a Eletrobrás interps Agravo de Instrumento junto ao TRF4 (nº 5029792-95.2019.4.04.0000), onde, em 08/10/2019, foi deferido o pedido de antecipação da tutela recursal. Contra essa decisão opusimos Embargos de Declaração em 14/10/2019. Em 01/07/2021, os Embargos de Declaração restaram acolhidos.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5098930-92.2019.4.04.7100	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	2ª Instância	26/12/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-23	União Federal	R\$ 1.056.383,05	Trata-se de medida judicial objetivando o reconhecimento do direito a não inclusão na base de cálculo do IRP, respectivo adicional e da CSLL os valores correspondentes ao benefício da base de cálculo reduzida de ICMS, concedido pelos Estados da Federação e recebidos pela Impetrante, até entrada em vigor da Lei complementar 160/2017, uma vez que não pode a União retirar, por via obliqua, o benefício fiscal concedido pelo Estado da Federação, no exercício de sua competência, em clara afronta ao princípio do pacto federativo e a uniformidade da tributação federal, consoante a tese fixada pelo STJ e seguida pelos Tribunais Pátrios, bem como a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de IRP, respectivo adicional e CSLL, nos últimos 05 anos, limitados ao período dos anos-calandário de 2014 a 2017. Em 30/10/2020, foi proferida sentença concedendo a segurança pleiteada. No entanto, a Impetrante opôs Embargos de Declaração com fins de sanar obscuridade do julgado - os quais foram rejeitados. A Impetrante e a União Federal interuseram Recurso de Apelação. Atualmente, o prazo encontra-se aberto para apresentação de contrarrazões. Em 02/03/2021, os autos foram remetidos para o TRF4. Em 15/06/2021 foi publicado acórdão que negou provimento ao apelo da Impetrante e deu provimento ao apelo do fisco. Em 22/06/2021 opusimos embargos de declaração para viabilizar a discussão da matéria nos tribunais superiores. Em 24/06/2021 o feito foi concluso para decisão dos acratários.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5098937-84.2019.4.04.7100	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	3ª Instância	26/12/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-24	União Federal	R\$ 1.048.189,77	Trata-se de medida judicial objetivando o reconhecimento do direito a não inclusão na base de cálculo do IRP, respectivo adicional e da CSLL os valores correspondentes ao benefício do crédito presumido de ICMS, concedido pelos Estados da Federação e recebidos pela Impetrante, até entrada em vigor da Lei complementar 160/2017, uma vez que não pode a União retirar, por via obliqua, o benefício fiscal concedido pelo Estado da Federação, no exercício de sua competência, em clara afronta ao princípio do pacto federativo e a uniformidade da tributação federal, consoante a tese fixada pelo STJ e seguida pelos Tribunais Pátrios, bem como a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de IRP, respectivo adicional e CSLL, nos últimos 05 anos, limitados ao período dos anos-calandário de 2014 a 2017. Em 04/10/2020, foi proferida sentença concedendo a segurança pleiteada. No entanto, a Impetrante opôs Embargos de Declaração com fins de sanar obscuridade do julgado - os quais foram acolhidos. A União Federal interps Recurso de Apelação. Em 22/01/2021, os autos foram remetidos para o TRF4. Atualmente, aguarda-se o julgamento da Apelação da União. Em 27/04/2021, sobreveio o acórdão negando provimento ao apelo da União e à remessa oficial. Diante disso, ambas as partes opuseram Embargos de Declaração. Em 18/10/2021, sobreveio decisão rejeitando os embargos declaratórios. Em 21/10/2021, a União Federal interps Recurso Especial, o qual fora devidamente contrarrazado pela Impetrante em 03/12/2021. Em 08/03/2022 sobreveio decisão não admitindo o recurso especial do impetrado, motivo pelo qual a União agravou em 22/03/2022. Em 27/04/2022, o feito foi remetido ao STJ. Atualmente, aguarda prosequimento.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5042623-21.2019.4.04.7100	14ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	11/07/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-24	União Federal	9.011.973,51 (sem valores a atualizar, processo baixado)	Trata-se de medida judicial objetivando que seja determinado à Autoridade Coatora que proceda à análise e decida os pedidos de restituição constantes dos PER/COMP nºs 24253.71366.311013.1.1.10-1919, 42600.03864.3110113.1.1.10-7841, 18018.37027.121214.1.1.10-5202, 34112.02984.101214.1.1.10-4931, 24274.31294.130715.1.1.18-4860, 36367.61401.141015.1.1.18-1811, 14788.45237.290115.1.1.18-1687, 14717.07119.290115.1.1.18-0109, 09464.26922.311016.1.1.18-9157, 37273.06781.311016.1.1.18-3251, 17846.33066.311016.1.1.18-1838, 28037.80982.181116.1.1.18-9029, 15103.76417.300117.1.1.18-7978, 07237.86125.300117.1.1.18-2660, 24748.84973.310117.1.1.18-8331, 30036.98772.270317.1.1.18-5506, 12567.58710.261217.1.1.18-0812, 14522.31225.261217.1.1.18-0040, 39026.50868.311013.1.1.08-2015, 24363.62290.311013.1.1.08-0604, 21258.21250.121214.1.5.08-0908, 08873.06617.101214.1.1.08-2560, 37122.60004.311013.1.1.11-0545, 41010.35149.131113.1.5.11-7908, 34681.58611.121214.1.5.11-8879, 42375.45817.101214.1.1.11-6574, 24320.11097.170415.1.5.18-8994, 23-2631540.30769.141015.1.1.19-0977, 22824.60727.290116.1.1.19-0728, 39362.90399.290316.1.1.19-0415, 25820.92981.311016.1.1.19-6001, 10713.45340.311016.1.1.19-4200, 34490.60512.311016.1.1.19-6316, 23469.73725.181116.1.1.19-0695, 01441.17524.300117.1.1.19-9526, 27110.64704.300117.1.1.19-0872, 08349.52172.310117.1.1.19-9717, 36239.30562.270317.1.1.19-8203, 15998.40896.261217.1.1.19-9499, 15769.5435.301217.1.1.19-0251, 19305.94991.311013.1.1.09-8617, 25423.90461.311013.1.1.09-4374, 23482.15851.121214.1.3.09-0330, 38930.31751.101214.1.1.09-7375 no prazo de 60 dias, aplicando a SELIC a partir da data de protocolo. Em 16/12/2019, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança. Em 20/01/2020, opusimos Embargos de Declaração para corrigir erro material, referente a um dos números de PER/COMP - os quais foram acolhidos em 14/02/2020. Da sentença, interuseram recurso de apelação para aplicar a taxa SELIC a partir da data do protocolo administrativo. A Impetrada também interps recurso de apelação. Em 19/08/2020, sobreveio Acórdão negando provimento às apelações e à remessa necessária. A Impetrante opôs Embargos de Declaração com fins de questionamento do requerimento de sobrestamento do feito após julgamento do Tema 1003/STJ. Em 01/03/2021, sobreveio o acórdão dos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Em 25/03/2021, o processo na fase de conhecimento transitou em julgado. Em 26/03/2021, o processo foi remetido à Vara de origem. Em 16/04/2021, a Empresa interps o Cumprimento de Sentença objetivando o ressarcimento de custas. Em 22/07/2021 foi comprovado nos autos o pagamento dos valores devidos. Em 17/11/2021 a Exequente informou nos autos a quitação do débito exequente, e em 25/11/2021, o feito foi baixado definitivamente.	Garho de causa	Sem garantia	Não há como provisionar valor
50656740-76.2019.4.04.7100	14ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	02/10/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-24	União Federal	13.659.698,65 (sem valores a atualizar, processo baixado)	Trata-se de medida judicial objetivando que seja determinado à Autoridade Coatora que proceda à análise e decida os pedidos de ressarcimento 26118.42993.210818.1.1.19-7933, 41934.87963.300818.1.1.19-7487, 19689.76172.310818.1.1.19-6226, 22587.81127.09018.1.1.19-1932, 14444.16479.210818.1.1.18-9231, 00500.39242.300818.1.1.18-0030, 31479.96281.310818.1.1.18-9621, e 30502.30969.050918.1.1.18-3000 no prazo máximo de 30 dias, bem como atualize os créditos pela taxa SELIC a partir da data de protocolo. Em 26/06/2020, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança pleiteada, reconhecendo a incidência da taxa SELIC a partir de 05/11 contado da data do protocolo administrativo. A Impetrante opôs Embargos de Declaração com o fim de sanar omissão referente ao seu pedido para que fosse obtida a compensação de em débito com exigibilidade suspensa - os quais foram acolhidos. A Impetrante e a União interuseram Recurso de Apelação. Em 08/10/2020, porém, a União requereu a desistência do seu recurso, a qual foi homologada. Em 14/10/2020, os autos foram remetidos para o TRF4. Em 10/02/2021, a 1ª Turma do TRF4 entendeu por não conhecer a Apelação da Impetrante e negar provimento à Apelação da União e à remessa necessária. Em 10/03/2021, a fase de conhecimento do processo transitou em julgado e os autos foram remetidos à Vara de origem. Em 31/03/2021, a Empresa interps o cumprimento de sentença objetivando o ressarcimento das custas processuais. Em 20/05/2021, sobreveio ofício requisitório de RPV, devidamente pago em 22/07/2021. Em 04/08/2021 foi apresentado pedido de TRC, efetuado em 17/09/2021. Em 22/09/2021, a Exequente informou a quitação dos débitos executados, e o feito foi baixado definitivamente em 28/09/2021.	Garho parcial de causa	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

054/1.14.0001872-0 (0003792-47.2014.8.21.0054)	1ª Vara de Itaquí	1ª Instância	06/10/2014	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaquí	Valor já relacionado na execução fiscal de nº 054/1.14.0002246-8	Trata-se de medida judicial, com pedido liminar, objetivando a desconstituição do débito tributário referente a notificação de lançamento de ISSQN nº 342/2014. Em 13/10/2014, a liminar foi indeferida. A Autora interpôs Agravo de Instrumento, o qual deferiu a antecipação de tutela requerida em 21/11/2014. Em 17/12/2014, foi juntada contestação do Réu. Em 25/02/2015, foi concedido o agravo de instrumento e dado provimento, ratificando a antecipação de tutela recursal, para suspender a exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada pelo município, autuada sob nº 054/1.14.0002246-8, até o julgamento da ação anulatória. Em 18/06/2015, tomou-se por termo o bem ofertado pela executada para a manutenção do efeito suspensivo da decisão. Em 17/04/2018 foi proferido despacho para cumprir a decisão do agravo de instrumento, para suspender a exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada pelo Município sob o nº 054/1.14.0002246-8, até o julgamento final da ação anulatória. Diante da contestação apresentada pelo Município de Itaquí, a autora foi intimada para réplica em 18/02/2019. Em 11/03/2019 a autora apresentou réplica à contestação. Em 21/03/2019 as partes foram intimadas para apresentar as provas que pretendem produzir. Em 02/07/2019 a autora peticionou requerendo o deferimento dos pedidos de realização de prova pericial contábil e técnica de engenharia de produção, com a designação de peritos devidamente habilitados, bem como, após o deferimento, seja a Autora intimada para apresentar quesitos. Em 27/09/2019 foi deferida a realização de prova pericial e nomeado para tanto os peritos Joares Osório para a realização da perícia contábil e Anomir Jeceli Machado Leal para a perícia na área de engenharia de produção, intimadas as partes para indicar assistentes técnicos e quesitos. Em 21/10/2020, foi determinada a expedição do mandado de intimação ao Município de Itaquí para cumprimento da medida liminar deferida - qual seja, de suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado na execução em apenso. Em 09/04/2021, foi publicada a nota de expediente intimando o autor da manifestação do réu. Em 23/05/2022 o feito foi reenviado para a digitalização.	Possível	Com garantia	Não há como provisionar valor
054/1.16.0000822-1	1ª Vara de Itaquí	1ª Instância	23/05/2016	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Município de Itaquí	Embargos à Execução de Execução já relacionada (nº 054/1.14.0002246-8)	Trata-se de Embargos à Execução Fiscal de nº 054/1.14.0002246-8, objetivando o deferimento da antecipação de tutela, para fins de anular notificação fiscal de lançamento de ISSQN nº 342/2014, desconstruindo-se, o crédito tributário vergastado em face da não incidência de ISSQN à atividade praticada pela Embargante. Em 01/06/2016, sobreveio despacho para que se retifique o valor da causa e o recolhimento de custas complementares. Em 22/11/2016, a Autora apresentou petição requerendo que a ação anulatória nº 054/1.14.0001872-0 seja recebida como Embargos à Execução. Com o acolhimento do pedido o feito foi extinto em razão da existência de ação anulatória que discute o mesmo débito.	Possível	Garantia na Anulatória nº 054/1.14.0001872-0	Não há como provisionar valor
0002475-38.2019.8.21.0054 (054/1.19.0001046-9)	2ª Vara da Comarca de Itaquí/RS	1ª Instância	10/07/2019	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaquí	Valor já relacionado na execução fiscal de nº 054/1.19.0001789-7	Trata-se de medida judicial objetivando a anulação do auto de infração 001/2019 (Processo Administrativo 270/2019), desconstruindo-se, consequentemente, o respectivo crédito tributário face a não incidência de ISS sobre a atividade de secagem de arroz, bem como sua não incidência sobre mero serviço-meio ao processo produtivo de beneficiamento e comercialização de arroz. Em 29/07/2019, sobreveio decisão deferindo o pedido liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão até o julgamento da presente ação anulatória. Em 25/09/2019, após oposição de Embargos de Declaração, os mesmos foram desacolinados, considerando que a decisão foi clara no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Em 16/04/2021, os autos foram arquivados ao processo 054/1.19.0001789-7.	Possível	Com garantia	Não há como provisionar valor
0003805-70.2019.8.21.0054 (054/1.19.0001789-7)	2ª Vara da Comarca de Itaquí/RS	1ª Instância	09/10/2019	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaquí	R\$ 728.979,52	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Itaquí referente ao ISSQN incidente sobre o serviço de secagem de arroz. Considerando que os débitos estão com a exigibilidade suspensa, fora apresentada Exceção de Pré-Executividade. Em 28/09/2020 sobreveio a decisão determinando a prevenção da 2ª Vara Judicial de Itaquí, tendo em vista a ação anulatória ajuizada pelo executado em relação aos valores cobrados na presente demanda. No mesmo ato, determina que os autos sejam arquivados ao processo de nº 054/1.19.0001046-9. Em 16/04/2021, os autos foram remetidos a 2ª Vara de Itaquí.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Processos judiciais administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex administradores, controladores, ex controladores ou investidores:

Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte, cujas partes contrárias sejam sejam administradores, ex administradores, controladores, ex controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes:

Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Processos repetitivos ou conexos:

Não há processos repetitivos ou conexos em que a empresa ou suas controladas sejam parte.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2020, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$178.000.

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para contingências	20.006	18.929	21.432	20.355
(-) Depósitos judiciais	(2.662)	(2.662)	(4.088)	(4.088)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>17.344</u>	<u>16.267</u>	<u>17.344</u>	<u>16.267</u>

OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Tributos s/ deprec. Incentivada	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos(*)	28.743	31.682	36.282	39.254
Parcelamentos (**)	28.770	34.858	28.770	34.858
	<u>57.513</u>	<u>66.540</u>	<u>65.052</u>	<u>74.112</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

4.7 - Outras Contingências Relevantes**IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contribuição social diferida	10.638	8.503	10.638	8.503
Imposto de renda diferido	23.471	20.053	23.471	20.053
	<u>34.109</u>	<u>28.556</u>	<u>34.109</u>	<u>28.556</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contribuição social diferida	(7.608)	(8.387)	(10.251)	(11.042)
Imposto de renda diferido	(21.135)	(23.295)	(26.031)	(28.212)
	<u>(28.743)</u>	<u>(31.682)</u>	<u>(36.282)</u>	<u>(39.254)</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Corrente				
Contribuição social	(5.435)	(6.617)	(7.313)	(8.046)
Imposto de renda	(15.314)	(20.292)	(20.421)	(24.190)
	<u>(20.749)</u>	<u>(26.909)</u>	<u>(27.734)</u>	<u>(32.236)</u>
Diferido				
Contribuição social	2.913	(4.271)	2.913	(4.271)
Imposto de renda	5.579	(13.689)	5.579	(13.689)
	<u>8.492</u>	<u>(17.960)</u>	<u>8.492</u>	<u>(17.960)</u>
	<u>(12.257)</u>	<u>(44.869)</u>	<u>(19.242)</u>	<u>(50.196)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	43.001	76.698	56.427	88.614
Eliminações-ajustes efeito controlada	-	-	6.441	6.591
	<u>43.001</u>	<u>76.698</u>	<u>62.868</u>	<u>95.205</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(14.620)	(26.077)	(21.375)	(32.370)
Exclusões (adições) permanentes	2.533	1.011	2.533	1.011
Exclusões (adições) temporárias	(4.629)	(15.375)	(4.629)	(15.375)
Efeito tributação em controlada	-	-	(230)	966
Outros	4.459	(4.428)	4.459	(4.428)
	<u>(12.257)</u>	<u>(44.869)</u>	<u>(19.242)</u>	<u>(50.196)</u>

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentada por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social	31.094	3.089	31.094	3.564
FUNRURAL	3.117	35.607	3.117	35.606
	<u>34.211</u>	<u>39.170</u>	<u>34.211</u>	<u>39.170</u>

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural- PRR Lei 3.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Regras país origem / país custodiante

Empresa privada nacional sem valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Descrição de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *financing*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural às importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro 2022
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2022
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2022

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2022
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Março 2022
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Março 2022
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Março 2022

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Descrição do gerenciamento de risco de mercado

Respondido no item 5.1.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 Controles internos

- a) Principais práticas: Análises de relatórios no ERP principal e ERP gerencial da companhia, bem como confronto de informações com planilhas auxiliares de gestão e relatórios contábeis da empresa.
- b) Estruturas organizacionais envolvidas: Grupos mistos que englobam Diretoria, Gerências, Coordenadores e supervisores de área em estruturas de linha e cruzadas entre áreas distintas.
- c) A eficiência dos controles é supervisionada diretamente pelo Diretor Administrativo Financeiro e pelo Diretor Operacional da Companhia.
- d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório de auditoria independente: a Administração da companhia entende não haver deficiências significativas e relevantes que justifiquem ênfase nessa seção.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 Programa de Integridade

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando:**

A Companhia estruturou ao longo do ano de 2019 os principais pilares de seu Programa de Compliance, reforçando seu compromisso com a ética e integridade, assim como desenvolveu políticas, procedimentos e práticas para evitar, detectar e combater atos contrários às leis e regras internas.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e práticas são adaptadas

A Companhia possui Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. Além disso, promoveu treinamento das lideranças em suas diferentes unidades.

As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia formou o Comitê de Ética e Compliance, órgão de assessoramento da Diretoria, a quem incumbe implantar as atividades previstas no trabalho de estruturação do Programa de Compliance. A instauração do Comitê foi formalmente aprovada em reunião da Diretoria datada de 10 de dezembro de 2018.

Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

A Companhia possui um Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. O Código foi aprovado pela Diretoria em reunião datada de 23 de julho de 2019.

- a. Se o emissor possui canal de denúncia**

A Companhia possui o canal de comunicação através do e-mail ouvidoria@josapar.com.br, ferramenta pela qual está apta a receber reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitação de informações.

- b. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.**

Não aplicável à Companhia, uma vez que não realizou tais operações.

- c. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não obstante a pouca interação com a Administração Pública, a Companhia está estruturando seu Programa de Compliance.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

O ano de 2021 foi marcado pela maturação da Pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo e pela retomada e reorganização dos mercados globais. O mundo de uma forma geral enfrentou – e segue enfrentando – uma persistente inflação sistêmica que atinge os mercados em cascata, e também sofreu com o aumento de custos logísticos internacionais frente à desorganização do fluxo e disponibilidade de contêineres em cada porto do globo. Em decorrência disso, um ajuste contínuo entre taxas de juros e políticas econômicas particulares a cada país afetam e impactam a competitividade de empresas em todos os segmentos de mercado, bem como as taxas de câmbio influenciadas pelos fluxos de capital. Esse cenário de pressão inflacionária e aumentos recorrentes na taxa de juros comprime a renda da população e provoca um aumento de competitividade entre produtos nos mercados em que a Companhia opera majoritariamente suas atividades, influenciando diretamente suas margens.

A inflação oficial medida pelo IPCA atinge dois dígitos (10,06%), passando longe da meta oficial do governo de 4,5%, fez com que – tardiamente – a equipe econômica do governo promovesse aumentos recorrentes da Selic, que começou 2021 em 2%aa e terminou em 9,25%aa. O câmbio seguiu depreciado, iniciando o ano em R\$ 5,20 e terminado em R\$ 5,58, mas não o suficiente para sustentar e promover exportações.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2020/2021 apresentou uma produção de 11,7 milhões de toneladas, safra superavitária em 0,6 milhões de toneladas quando comparada à de 2019/2020. A produtividade média no Brasil foi 4,3% maior, de 7.003Kg/ha contra 6.713kg/ha. O aumento da oferta de arroz na safra e a queda nas exportações - influenciadas pela perda de competitividade logística - recompôs os níveis de estoques de passagem, invertendo a trajetória crescente dos preços verificadas no ano anterior. O preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2021 foi de R\$ 78, ainda acima dos R\$ 71 no exercício de 2020, porém, em curva decrescente ao longo do ano.

As expectativas para a safra 2021/2022 indicam uma oferta menor que à anterior (-12%), de 10,4 milhões de toneladas, com redução de área plantada (-2,4%) e de produtividade de arroz (-10%). Mesmo com uma oferta doméstica menor de matéria prima, a evolução no nível de preços de arroz para o ano dependerá da volatilidade do dólar e de sua influência no desempenho das exportações e das importações.

A margem bruta da Companhia foi de 20% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 397 milhões). A crescente competitividade do setor de grãos no Brasil e o aumento da participação do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 535 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 27 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 96 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima e a participação do segmento de insumos agrícolas influenciaram nas margens e na rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2021 atingiu R\$ 30,8 milhões (R\$ 2.905 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2020 foi de R\$ 31,8 milhões (R\$ 3.007 pelo lote de 1.000 ações).

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações consideradas relevantes pela Administração da companhia sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	13/11/1973
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/03/1988

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico

Fundada em 1973 (antiga Suprarroz S/A Indústria e Comércio) com capacidade instalada de processamento de 20.000 toneladas de arroz em casca ao ano, a Josapar se tornou, em virtude de qualidade de seus produtos e dos constantes investimentos, uma grande companhia de alimentos, uma das maiores processadoras de arroz e feijão do país, com capacidade instalada para processar em torno de 770.000 toneladas anuais de matéria prima de arroz em suas 6 unidades operacionais.

Visando o aproveitamento integral do grão de arroz, inaugurou em 1980 a unidade de arroz parboilizado e em 1984, a unidade de produção de farinha, a partir dos grãos quebrados no processo de beneficiamento.

Em 1987 a Companhia expandiu a capacidade das unidades existentes, localizadas em Pelotas e em 1989, inaugurou sua nova unidade de Itaqui, atendendo a crescente demanda por seu produtos.

No início dos anos 90, com o alargamento da fonte de suprimentos, a empresa construiu duas Unidades de Reprocessamento (chamadas URP), com o objetivo de ajustar as fontes de suprimentos ao padrão adequado de qualidade de seus produtos, acrescentando 81.000 toneladas anuais em sua capacidade de produção.

Em março de 1992, a capacidade de Itaqui foi ampliada em 240.000 toneladas anuais, objetivando a participação da crescente expansão da produção de arroz na Argentina e da criação do Mercosul.

Com as unidades de Pelotas e Itaqui, a Josapar participa dos mercados em mais de 80% das regiões produtoras de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1998 a Companhia iniciou projeto de ampliação, modernização e implantação de novos complexos industriais em Pelotas e Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, projetos integralmente conclusos ao final do ano 2000.

Neste mesmo ano entrou em operação a Unidade de Pernambuco, com capacidade para beneficiar 80 mil toneladas anuais de arroz com casca.

Entre 2005 e 2010, realizou investimentos de ampliação e atualização tecnológica na ordem de mais de R\$ 100 milhões, passando a ter capacidade de armazenamento estático de matéria- prima de 250.000 toneladas, representando mais de 5 milhões de sacos de arroz, e dando seqüência a premissa estratégica de possuir estruturas adequadas para oferecer o melhor arroz do Brasil a seus consumidores, através de 9 filiais comerciais (PR, SP, RJ, DF, MG, BA, CE, MA, PA) e mais de 80.000 pontos de venda em todo o território brasileiro.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Pedido de falência ou recuperação:

Não há pedido de falência ou recuperação.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Outras informações relevantes - histórico

Não há informações relevantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1.1. Descrição atividades emissor / controladas:

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do mundo e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detém a marca líder (em alguns estados do país) do segmento de arroz branco Premium – Tio João, há mais de 33 anos e há 22 anos a marca mais lembrada em pesquisas de *Top Of Mind/RS*, além de várias outras premiações estaduais.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a. Informações específicas de sociedade de economia mista

Não se aplica, pois a companhia é uma sociedade anônima.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar diversas marcas relacionadas na linha de arroz branco, arroz parboilizado e integral, farelo, farinha de arroz, linhas de facilitadores e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil Tio João, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, além de feijão em todas as suas variedades com a marca Biju. Desde a década de 80 possui uma unidade de fertilizantes, com a marca Organo NPK, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com a marca Suprasoy.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais – vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita da Companhia

Distribuição da receita por segmento	2021	2020	2019
Arroz Branco	44%	56%	55%
Arroz Parboilizado	9%	12%	11%
Produtos Semi Prontos (arroz e divisão soja)	6%	7%	8%
Adubo	33%	17%	18%
Feijão	2%	2%	3%
Imóveis	3%	3%	4%
Demais Produtos	3%	3%	1%
Total	100%	100%	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Produção, comercialização e mercado

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 70% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim no mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes da mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. É nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria-prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, classificação, secagem e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. O compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz. A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, adequando-os ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O processo produtivo envolve seis estágios principais: descasque, polimento, separação, eletrização, brilho e empacotamento. Na linha do arroz parboilizado, há também o tratamento hidrotérmico dado ao grão de arroz em casca antes do beneficiamento. Abaixo listamos os produtos da companhia.

Linha Tio João

Arroz Tio João 100% Grãos Nobres: Para continuar sendo o preferido dos brasileiros, o arroz Tio João recebeu investimentos e ficou ainda melhor. O cuidado vem desde o plantio, com a seleção somente das variedades mais nobres, aliada à tecnologia no beneficiamento dos grãos. Este processo garante um arroz com maior rendimento, ficando branco, solto e saboroso. A diferença é percebida no pacote e comprovada na panela.

Arroz Tio João +Vita: Produto diferenciado, sem similares no mercado. É composto por um complexo vitamínico que é moldado em formato de grãos de arroz e misturado ao Arroz Tio João 100% Grãos Nobres. O Arroz Tio João +Vita é rico em Vitamina B3 (Niacina) e Zinco. Fonte de Ferro, Vitamina A (Retinol), Vitamina B1 (Tiamina), Vitamina B9 (Ácido Fólico), Vitamina B12 (Cianocobalamina) e Manganês.

Arroz Tio João Parboilizado: Ao passar por um tratamento hidrotérmico (água fervente), parte das vitaminas presentes no farelo do arroz migram para o interior do grão, aumentando o seu valor nutritivo e concentrando vitaminas do complexo B. Este processo faz com que o Arroz Tio João Parboilizado apresente grãos mais inteiros e sempre soltinhos após o preparo.

Arroz Tio João Integral: O Arroz Integral passa pelo processo de parboilização e dessa maneira ele se torna altamente nutritivo, visto que muitos nutrientes do farelo migram para o interior do grão. Por não passar pela etapa de polimento, este arroz mantém a camada externa do grão, conservando as suas propriedades. O Arroz Tio João Integral passa ainda por um moderno processo industrial, responsável por realizar trincas nos grãos, fazendo com que a água penetre mais facilmente e ele cozinhe mais rápido do que outros arrozes integrais.

Arroz Tio João Integral Orgânico: O Arroz Tio João Integral Orgânico é um alimento altamente nutritivo, pois, além de possuir fibras e proteínas, recebe um cuidado especial desde o seu plantio, sendo produzido sem agrotóxicos. Sua embalagem a vácuo ajuda a manter o produto livre de infestações, além de garantir o sabor e o aroma excelentes. Reconhecido pela ECOCERT BRASIL, ganhou o certificado de produto orgânico.

Arroz Tio João Polido Orgânico: O Arroz Tio João Polido Orgânico é um produto natural e de alta qualidade, produzido sem agrotóxicos, com técnicas especiais de cultivo e industrialização, as quais beneficiam o meio ambiente. Cada etapa é acompanhada, vistoriada e aprovada pela Ecocert, certificadora de padrão internacional, que comprova a condição orgânica. O Arroz Tio João Polido Orgânico é fruto de um projeto que uniu agricultores das comunidades do entorno da Estação Ecológica do Taim - RS, o NEMA (NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL) e a Josapar: Projeto Ações Sustentáveis para as comunidades do entorno da ESEC Taim - RS.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Tio João 7 Grãos: É uma linha voltada para a saúde e bem-estar dos consumidores. É composta pelos produtos Tio João 7 Cereais + Soja, 7 Grãos Integrais + Passas de Uva e 7 Grãos Integrais com Quinoa. A linha Tio João 7 Grãos oferece momentos versáteis, gostosos e muito nutritivos.

Tio João Variedades Mundiais: A linha Variedades Mundiais oferece aos consumidores a possibilidade de degustar grãos que são tradicionais em outros países, através de produtos perfeitos para o preparo de pratos inspirados na culinária internacional. Com embalagens a vácuo, a linha Variedades Mundiais é formada pelos arrozes Selvagem, Preto, Basmati, Vermelho, Carnaroli, Sasanishiki e Jasmine.

Tio João Cozinha Fácil - Semiprontos e Semiprontos Integrais: Praticidade e muito sabor fazem parte das opções de semiprontos da Josapar. A linha Tio João Cozinha Fácil oferece receitas que servem de acompanhamento para os mais diversos pratos. Está disponível nas versões Arroz à Grega, Arroz com Brócolis, Arroz com Curry, Arroz com Ervas Finas, Arroz com Funghi e Arroz com Tomate e Manjeriço. Também foram lançados nesta linha os produtos com arroz integral: Cozinha Fácil Arroz Integral + Arroz Vermelho e Tomate e Cozinha Fácil Arroz Integral + Vegetais (milho, ervilha, brócolis e cenoura), que buscam atender o público que procura alimentos mais saudáveis sem perder a praticidade.

Tio João Cozinha & Sabor - Semiprontos e Sobremesas: A linha Tio João Cozinha & Sabor traz semiprontos deliciosos, que dispensam acompanhamento. Possui, também, a sobremesa Arroz Doce, com gostinho de receita caseira e muito fácil de fazer, pois basta adicionar água e seguir o modo de preparo.

Tio João Padaria Sem Glúten: Perfeitos para dietas com restrição de glúten, estes produtos da linha Padaria são mais uma inovação da marca, que coloca constantemente a mão na massa para criar novas opções para todos os públicos. Fazem parte dela: Farinha de Arroz, Mistura para Pão Caseiro e Mistura para Pão. Também são ideais para os intolerantes à lactose, pois dispensam o uso de leite de vaca em sua preparação e não possuem qualquer outro ingrediente à base de lactose ou proteína do leite.

Tio João Confeitaria Sem Glúten: A linha Confeitaria Tio João conta com Misturas para Bolos e Sobremesas que são a combinação perfeita de praticidade e sabor! Seus produtos são produzidos com farinha de arroz e não possuem glúten em sua composição. Integram esta linha os bolos nos sabores Baunilha, Chocolate e Laranja, e sobremesas nas opções Brownie e Petit Gâteau.

Linha Meu Biju

Linha 8 Grãos Integrais Meu Biju: É uma linha de alimentos saborosos, fontes de fibras e disponível em duas versões: com Quinoa e com Aveia. Elaborada para quem busca uma alimentação balanceada, seus produtos trazem uma perfeita combinação entre saúde, sabor e praticidade.

Arrozes Meu Biju: Lançada com o objetivo de fazer parte de um segmento de alto consumo no mercado, a linha Meu Biju oferece ótimo custo-benefício. Na gôndola, ajuda a proteger o Tio João das marcas mais populares. Está disponível nas variedades Arroz

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Branco, Parboilizado Tipo 1 e Tipo 2, Integral e Especial para Risotos.

Feijões Meu Biju: Fonte de proteínas, rico em cálcio, ferro e fósforo, o Feijão Meu Biju é uma referência na categoria e ganha cada vez mais mercado. O produto passa por um criterioso controle de qualidade, que começa na escolha da matéria-prima e segue por um processo industrial que conta com a seleção eletrônica de grãos, garantindo ao produto ótimo padrão de cozimento. A linha é formada pelos feijões Preto, Carioca, Branco, Vermelho e Macassar/Caupi.

Azeites Nova Oliva

Clássico, Orgânico e Edição Limitada: Os azeites da linha Nova Oliva têm aroma e sabor inconfundíveis. Seu grande diferencial é o índice de acidez máxima de 0,3%. Isso se deve à utilização de azeitonas selecionadas das melhores variedades europeias e colhidas em estados precisos de maturação, diferentes para cada tipo de azeite. Tais cuidados no processo de fabricação garantem azeites mais saudáveis e saborosos para todos os paladares. Os azeites Nova Oliva têm distribuição exclusiva da Josapar no Brasil.

Divisão Soja

SupraSoy: São alimentos em pó produzidos com proteína vegetal à base de soja, enriquecidos com vitaminas e minerais e podem ser consumidos por crianças a partir de 1 ano, adultos e idosos. A linha toda é isenta de glúten e lactose, tendo também o SupraSoy Light Zero Lactose com teores reduzidos de açúcares e gorduras quando comparado à versão SupraSoy Sem Lactose Original.

Soy+: Soy+ é uma bebida em pó à base de soja com preparo rápido e fácil, pois basta adicionar água. Disponível nos sabores Original, Morango e Banana, é uma deliciosa e prática opção para o seu lanche. Muito mais sabor sem lactose.

Outras Marcas

Produtos Regionais: Marcas que contam com a qualidade Josapar e surgiram para concorrer com produtos de distribuição regional. Nesta categoria temos: os feijões e os arrozes Tio Mingote e No Ponto; e os arrozes Nikkoh, Beleza, Impacto, Bataclan, Exato, Pedrinho e Puppy, sendo o Nikkoh uma variedade da cozinha japonesa.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda. A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado

A Organização é líder de mercado no segmento de arroz branco no país com a marca Tio

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados

A Companhia está inserida em mercados extremamente pulverizado em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a Organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos. O mercado competitivo é sensível a variação de preços da matéria-prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria-prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias-primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria-prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços

Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma commodity, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias-primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Principais clientes:

- a) Montante total de receitas provenientes do cliente
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há nos últimos 3 exercícios sociais cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Efeitos da regulação estatal:

Não há qualquer regulação estatal vinculada as atividades da Companhia.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Receitas relevantes no exterior:

A receita de vendas externas da Companhia é inferior a 15% da receita bruta.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Efeitos da regulação estrangeira:

Não aplicável à Companhia. A receita de vendas externas na Companhia é inferior a 15% da receita bruta.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Políticas socioambientais:

A Companhia não divulga suas informações sociais e ambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Outras informações relevantes - Atividades:

A Administração da Companhia entende ter descrito neste item todas as informações relevantes que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Aquisição/alienação de ativos relevantes:

Não houve aquisição/alienação de ativos relevantes no exercício.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Alterações na condução de negócios:

Não houve alterações relevantes na condução de negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Contratos relevantes:

Não há contratos relevantes.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Outras informações relevantes – negócios extraordinários:

Não há outras informações relevantes que as descritas neste item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1.Outros bens relevantes ativo não circulante:

Não há outros bens relevantes no ativo circulante além dos descritos neste item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Fabril Vila Princesa - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Fabril Itaqui - Itaqui - RS	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Unidade Química - Pelotas - Rs	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar - RS	Brasil	RS	Santa Vitória do Palmar	Própria
Unidade Centro - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Exportação - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade URP - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Suape - Pernambuco - PB	Brasil	PB	Cabo de Santo Agostinho	Própria
Unidade de Dom Pedrito - Dom Pedrito - RS	Brasil	RS	Dom Pedrito	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ADUBO ORGANOMINERAL NPK N1 PLUS	05/03/2023	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	FERTILIZANTES BIOFÉRTIL	16/01/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO 100% GRÃOS NOBRES	19/07/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO 7 CEREAIS + SOJA	10/08/2030	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO GOURMET	02/07/2024	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	MEU BIJU 8 GRÃOS INTEGRAIS	02/05/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRASOY NATURE	05/09/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	BELEZA	24/04/2028	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	TIO JOÃO	24/04/2028	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	TIO MINGOTE	13/10/2032	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	MEU BIJU	05/08/2024	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	NÚMERO 1 ORGANO NPK	28/08/2030	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	IMPACTO	29/09/2022	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRARROZ	23/12/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRAFERTIL	19/01/2033	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	BATACLAN	23/11/2023	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	PUPPY	21/11/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPREMO	27/10/2032	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	NO PONTO SUPRARROZ	24/10/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	17/11/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	CAIAQUE	29/10/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	AMITEC	14/11/2027	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	PIACH	19/01/2033	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	AMARELITO	07/05/2031	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	AMARELINHO	21/02/2031	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	PEDRINHO	14/07/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	MAESTRA	04/03/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRA	16/06/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	NIKKOH	30/10/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SOBREMESAS TIO JOÃO COZINHA & SABOR	24/10/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	APERITIVOS TIO JOÃO COZINHA & SABOR BOLINHO DE ARROZ	02/05/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	BIJU PRONTISSIMO	03/01/2026	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	JOSAPAR SUPRA	02/03/2029	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRA SOY	05/09/2027	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	SOYPLUS	29/05/2032	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	ARROZ NO PONTO	16/11/2030	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO COZINHA & SABOR	17/11/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	FRENZY	18/09/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRAMILK	26/12/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO ORGANICO	05/09/2027	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	TIO JOÃO VITA	11/09/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO 7 GRÃOS	15/12/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MEU BIJUZINHO - PREPARADOS PARA MINGAU	23/08/2026	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SOY +	21/11/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
JOSAPAR INTERNACIONAL	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Operação offshore criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros - tendo preparado e formalizado um Programa de Euro Commercial Paper em 1997, onde a garantidora era a JOSAPAR. Programa totalmente liquidado em 1999, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde aquele ano.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	343.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem específica na operação de captação de recursos no mercado internacional, já detalhada em itens anteriores.								
Real Empreendimentos S/A	92.213.552/0001-04	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem origem na organização patrimonial dos imóveis da Família Oliveira, atua na área de comércio e administração de imóveis e na exploração de shoppings centers. Possui um shopping center em Pelotas - RS, denominado Shopping Pelotas, um shopping em Santa Maria - RS, denominado Monet Plaza Shopping e desde a lienação da operação de super mercados por parte do grupo JOSAPAR ao Grupo Portugues SONAE em 1997, passou a deter um contrato de locação de 13 das principais operações para o grupo varejista, contrato este hoje vigente com o sucessor do SONAE, WMS Supermercados Sul LTDA. (WALMART). Nos últimos anos detém participação em mais 2 empreendimentos de Shopping Center: no Shopping Pelotas (Pelotas - RS) e no Shopping João Pessoa (Porto Alegre).	55,600000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	226.791.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Origem na organização dos imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Cia, e em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da Controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Outras informações relevantes sobre os ativos relevantes:

Não há outras informações relevantes sobre ativos relevantes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2021 foi marcado pela maturação da Pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo e pela retomada e reorganização dos mercados globais. O mundo de uma forma geral enfrentou – e segue enfrentando - uma persistente inflação sistêmica que atinge os mercados em cascata, e também sofreu com o aumento de custos logísticos internacionais frente à desorganização do fluxo e disponibilidade de contêineres em cada porto do globo. Em decorrência disso, um ajuste contínuo entre taxas de juros e políticas econômicas particulares a cada país afetam e impactam a competitividade de empresas em todos os segmentos de mercado, bem como as taxas de câmbio influenciadas pelos fluxos de capital. Esse cenário de pressão inflacionária e aumentos recorrentes na taxa de juros comprime a renda da população e provoca um aumento de competitividade entre produtos nos mercados em que a Companhia opera majoritariamente suas atividades, influenciando diretamente suas margens.

A inflação oficial medida pelo IPCA atinge dois dígitos (10,06%), passando longe da meta oficial do governo de 4,5%, fez com que – tardiamente – a equipe econômica do governo promovesse aumentos recorrentes da Selic, que começou 2021 em 2%aa e terminou em 9,25%aa. O câmbio seguiu depreciado, iniciando o ano em R\$ 5,20 e terminado em R\$ 5,58, mas não o suficiente para sustentar e promover exportações.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2020/2021 apresentou uma produção de 11,7 milhões de toneladas, safra superavitária em 0,6 milhões de toneladas quando comparada à de 2019/2020. A produtividade média no Brasil foi 4,3% maior, de 7.003Kg/ha contra 6.713kg/ha. O aumento da oferta de arroz na safra e a queda nas exportações - influenciadas pela perda de competitividade logística - recompôs os níveis de estoques de passagem, invertendo a trajetória crescente dos preços verificadas no ano anterior. O preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2021 foi de R\$ 78, ainda acima dos R\$ 71 no exercício de 2020, porém, em curva decrescente ao longo do ano.

As expectativas para a safra 2021/2022 indicam uma oferta menor que à anterior (-12%), de 10,4 milhões de toneladas, com redução de área plantada (-2,4%) e de produtividade de arroz (-10%). Mesmo com uma oferta doméstica menor de matéria prima, a evolução no nível de preços de arroz para o ano dependerá da volatilidade do dólar e de sua influência no desempenho das exportações e das importações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2021 e 2020:

	2021 (R\$ Mil)	2020 (R\$ Mil)	Varição R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	2.152.601	1.702.542	450.059
Vendas Líquidas	2.002.742	1.564.081	438.661
Lucro Bruto	397.440	428.046	(30.606)
% LB s/VL	20%	27%	(7)p.p.
Ebitda	100.834	134.155	(33.321)
% Ebitda s/VL	5%	9%	(4)p.p.
Lucro Líquido controladores	30.744	31.829	(1.085)
% LL s/VL	1%	2%	(0.5)p.p.

A margem bruta da Companhia foi de 20% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 397 milhões). A crescente competitividade do setor de grãos no Brasil e o aumento da participação do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 535 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 27 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 96 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima e a participação do segmento de insumos agrícolas influenciaram nas margens e na rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2021 atingiu R\$ 30,8 milhões (R\$ 2.905 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2020 foi de R\$ 31,8 milhões (R\$ 3.007 pelo lote de 1.000 ações).

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.
- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

<u>Passivo circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Moeda Interna				
Financiamentos para investimentos	6.176	7.421	6.176	7.421
Crédito Rural – recursos livres	70.081	113.030	70.081	113.030
Capital de giro	219.848	363.335	220.296	363.335
Total	296.105	483.786	296.553	483.786
Moeda estrangeira				
Financiamentos para investimentos	-	123	-	123
Capital de giro-FINIMP	188.372	63.574	188.372	63.574
Total	188.372	63.697	188.372	63.697
Total do circulante	484.477	547.483	484.925	547.483
<u>Passivo não circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Moeda Interna	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Financiamentos para investimentos	21.660	27.875	21.660	27.875
Crédito Rural – recursos livres	26.685	75.809	26.685	75.809
Capital de giro	621.147	357.901	621.147	357.901
Total	669.492	461.585	669.492	461.585
Total do não circulante	669.492	461.585	669.492	461.585
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
Vencimentos de longo prazo	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	267.370	-	267.370
2023	457.987	144.996	457.987	144.996
2024	142.238	27.934	142.238	27.934
2025	38.435	18.948	38.435	18.948
2026 a 2036	30.832	2.337	30.832	2.337
Total do não circulante	669.492	461.585	669.492	461.585

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa</u>	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,59%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,84%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,95%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,86%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	2,70%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,95%	a.a.

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% a.a. a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$ 35.222 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário. A administração da companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2021 com 2020 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, clientes e estoques – em função do nível de preços de matérias primas; e mudança no perfil do endividamento: ofertas de recursos em prazos mais longos e spreads mais adequados possibilitaram a reconquista dos parâmetros pré-pandemia, com maior dívida no longo prazo.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2021
Arroz Branco	44%
Arroz Parboilizado	9%
Produtos valor agregado	6%
Feijão	2%
Adubo	33%
Imóveis	3%
Demais Produtos	3%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz, e sua variação no decorrer do exercício, e do valor das matérias primas de fertilizantes e seu repasse nos preços de venda.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

A aumento do faturamento bruto (R\$ 2,2 bilhão em 2021 contra R\$ 1,7 bilhão em 2020) é atribuída ao aumento do nível de preços nos mercados em que a Companhia opera.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços). O câmbio pode incrementar ou retrain a competitividade das exportações e a taxa de juros influi diretamente no volume de despesa financeira da Companhia, que por estratégia operacional se mantém alavancada.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Mudanças nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases:

(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Apuração do resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

Ativos e Passivos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 80 dias.

- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

Estoques: Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

Investimentos: Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Utilização de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

Provisões para contingências: A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Moeda: Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Arrendamento: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

Instrumentos Financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira:

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2021 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI dez21	9,25%	a.a.				
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		9,25%		manutenção	> 25%	> 50%	
				CDI a.a.	11,56% CDI a.a.	13,88% CDI a.a.	
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/2021	R\$239.082	diversos	CDI	diversos	R\$299.326	R\$311.488	R\$323.917
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ -	R\$12.162	R\$24.591

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia, pois não há planos de pensão.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia, não há.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia, não há.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Ítens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados:

Não há comentários sobre itens não evidenciados.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 6,2 milhões e foram realizados na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações diretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 673 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item (ii).

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção:

Não se aplica à Companhia, pois não há outros fatores descritos nessa seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas:

Não aplicável à Companhia. A organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Acompanhamento das projeções:

Não aplicável à Companhia. A organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de administração

Cabe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;
- b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;
- d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;
- e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;
- f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para feito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembleia geral e convocá-la;
- j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública “Comercial Papers”;

k) Apresentar à assembleia geral plano para outorga de opção de compra de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;

l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembleia geral;

m) Escolher e destituir auditores independentes;

n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo;

o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

(ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;

(iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

(v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

(viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico- financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;

c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;

d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;

e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;

f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;

g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;

h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há comitê de auditoria.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembleia Ordinária.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Por determinação da Assembleia Ordinária realizada em 28/04/2022, o Conselho Fiscal foi mantido.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria

- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;
- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.
- Diretor Comercial: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de abastecimento, comercialização, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.
- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Políticas e práticas das Assembléias Gerais

A) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

B) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

C) Endereços nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar - Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre - RS.

D) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de administração de conflitos de interesse formalmente regulamentada.

E) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Aquelas previstas pelo Estatuto Social da Organização.

F) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Aquelas previstas pelo Estatuto social da Organização. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

G) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

H) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembléias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

I) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há formalmente estabelecidos.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

b) Se existirem, as disposições do acordo nos acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há acordo de acionistas vigente na Cia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal de identificação e administração de conflito de interesses na empresa.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e à Companhia por meio de arbitragem

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Luiz Augusto Barcellos Krause	30/10/1962	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2022	1 ano	16
435.086.000-25	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	28/04/2022	Sim	0.00%
Não há		Não há			
Marcelo Augusto Furlan dos Santos	19/04/1968	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2022	1 ano	16
490.775.460-49	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	28/04/2022	Sim	0.00%
Não há		Diretor Financeiro da Controlada REAL EMPREENDIMENTOS			
CARLOS EDUARDO F LOBATO	01/01/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	01 ano	5
285.713.390-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2022	Sim	0.00%
Jorge Alberto Zugno	07/10/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	2
184.455.600-00	Advogado	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	28/04/2022	Sim	0.00%
ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA	11/05/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	16
007.257.060-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2022	Sim	0.00%
Não há					
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	22/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	16
237.291.630-00	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2022	Sim	0.00%
Não há					
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR	14/11/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	16
207.412.940-87	Advogado	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	28/04/2022	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA	23/03/1964	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	16
400.874.250-68	Engenheiro Civil	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	28/04/2022	Sim	0.00%

Diretor Presidente

Experiência profissional / Critérios de Independência

Luiz Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25

Exerceu nos últimos 16 anos cargos de Direção na Administração na Cia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49

Exerceu nos últimos 16 anos cargos de Direção na Administração na Cia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

CARLOS EDUARDO F LOBATO - 285.713.390-15

Exerceu nos últimos anos diversos cargos de Conselho Fiscal da Cia. e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Jorge Alberto Zugno - 184.455.600-00

Exerce cargos de Conselho de Administração da Cia. e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial e administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 007.257.060-15

Exerceu nos últimos 16 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA - 237.291.630-00

Exerceu nos últimos 16 anos diversos cargos no conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR - 207.412.940-87

Exerceu nos últimos 16 anos diversos cargos no conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA - 400.874.250-68

Exerceu nos últimos 16 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Luiz Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25	
N/A	
Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49	
N/A	
CARLOS EDUARDO F LOBATO - 285.713.390-15	
N/A	
Jorge Alberto Zugno - 184.455.600-00	
N/A	
ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 007.257.060-15	
N/A	
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA - 237.291.630-00	
N/A	
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR - 207.412.940-87	
N/A	
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA - 400.874.250-68	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não existem outros comitês vigentes na organização.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia é uma empresa de origem familiar que hoje tem representantes da terceira geração à frente dos negócios.

Em função desta origem, existe a convivência com as seguintes relações familiares na operação: dois dos principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente) e todos os demais conselheiros são acionistas e possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em função da origem familiar e da sua estrutura de gestão, há a presença de administradores que são, concomitantemente: acionistas, conselheiros ou administradores da Companhia; ou acionistas, conselheiros e administradores da controlada Real Empreendimentos S/A; ou ainda acionistas e administradores na holdings controladora.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (D&O - Directors and officers), com o valor de cobertura limitado a R\$ 10 milhões, prêmio de R\$ 25 mil.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes sobre a administração da Companhia

Não aplicável. Justificativa: a Administração da Companhia entende não haver outras informações relevantes que não as apresentadas nessa seção.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente e um membro do Conselho de Administração possuem remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, EBITDA, lucro líquido.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	406.000,00	3.316.000,00		3.722.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	12.500.000,00		12.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	406.000,00	15.816.000,00		16.222.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	502.000,00	3.131.000,00	64.000,00	3.697.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.100,00	0,00	17.100,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	502.000,00	3.131.000,00	64.000,00	20.797.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício foram parcialmente alcançadas. Desta forma houve a apropriação de PPR para o exercício.

A remuneração variável não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, estando aprovada em AGO nos últimos 3 exercícios sociais apenas para a Diretoria Estatutária.

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente da diretoria estatutária:	2022	2021	2020	2019
a. órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b. número de membros	4	4	4	4
c. em relação ao bônus:	N/A	N/A	N/A	N/A
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	N/A	N/A
d. em relação à participação no resultado:	R\$ 11.000.000,00	R\$ 11.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

ii.	valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 17.000.000,00	R\$ 17.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
iii.	valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 17.000.000,00	R\$ 17.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
iv.	valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais		15.816.000,00	20.231.000,00	5.930.000,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente, descrever:

Não se aplica a companhia, pois não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois na há opções em aberto.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, bem como as alterações em suas posições.

JOSAPAR	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	1,91%	0,01%	0%
PREFERENCIAIS	0%	0%	0%
REAL EMPREENDIMENTOS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	6,87%	4,76%	0%
PREFERENCIAIS	3,20%	2,64%	0%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica a companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Nº de membros	4,00	4,00	6,00	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	6,00	2,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.257.361,30	1.187.562,21	406.472,71	383.908,22	21.379,72
Valor da menor remuneração(Reais)	628.681,03	593.781,43	406.472,71	118.330,47	21.369,72
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	890.671,82	0,00	251.119,35	23.379,72

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há qualquer dispositivo adicional que não o detalhado no item 12.11.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupando por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor
13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros de conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há informações adicionais relevantes.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**14. Recursos Humanos****14.1. Descrição dos recursos humanos****a) Número total de colaboradores das Empresas,****Josapar e Real Empreendimentos : 1.494**

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	
Engenho Centro	19
Externos	68
Farinha	18
Areal	14
Vila Princesa	565
Administração	110
Insumos	153
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	83
BRASILIA - DF	11
ITAQUI – RS	386
SANTA VITORIA - RS	18
DOM PEDRITO - RS	32
Total Empresa Josapar	1.477

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
Porto Alegre - RS	9
Santa Maria - RS	15
Total Real Empreendimentos	24

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

b) Número total de terceirizados:

Em 2017 a companhia tinha a seguinte composição de terceiros:

Pelotas	20
Itaqui	8
<u>Recife</u>	<u>4</u>
Total	32

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em torno de 2,01%.

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco. A Companhia possui diversas ações trabalhistas individuais, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta, atualmente, R\$ 3.244 milhões. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentário sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Não aplicável à Companhia, pois não houve nenhuma alteração relevante.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 – Descrever as políticas de remuneração dos funcionários da Companhia

a) Política de salários e remuneração variável

A política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembleia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio farmácia;
- Cesta básica;
- Refeitório;
- Seguro de vida

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois não há remuneração baseada em ações a empregados.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever a relação da Companhia com os sindicatos de relacionamento

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Outras informações relevantes – Recursos Humanos:

Não há outras informações relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS						
92.682.038/0001-00	BRA-SP	Não	Não	03/09/2012		
Não						
	0	0,000%	52.500	39,964%	52.500	0,496%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
LOSAPAR S/A PARTICIPAÇÕES						
03.431.911/0001-61	RS	Não	Não	29/03/2018		
Não						
	1.537.917	14,716%	0	0,000%	1.537.917	14,533%
PEROLI S/A PARTICIPACOES						
01.093.994/0001-09	BRA-RS	Não	Sim	11/04/2016		
Não						
	6.520.325	62,390%	500	0,381%	6.520.825	61,620%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
BANRISUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES						
88.198.056/0001-43	BRA-RS	Não	Não	29/03/2019		
Não						
	0	0,000%	20.900	15,910%	20.900	0,197%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
JOSE OSWALDO MORALES JUNIOR						
066.016.438-82	BRA-SP	Não	Não	04/04/2019		
Não						
12.700	0,122%	18.000	13,702%	30.700	0,290%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Santiago Santos Gottschall						
417.119.800-30	BRA-RS	Não	Não	23/08/2018		
Não						
2.600	0,025%	8.000	6,089%	10.600	0,100%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
NORIO SUZAKI						
056.348.498-53	BRA-SP	Não	Não			
Não						
14.500	0,139%	6.000	4,567%	20.500	0,194%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
OUTROS						
2.362.951	22,608%	25.468	19,387%	2.388.419	22,570%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL	10.450.993	100,000%	131.368	100,000%	10.582.361	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PEROLI S/A PARTICIPACOES				01.093.994/0001-09		
FERRAGENS VIANNA S/A						
92.192.236/0001-95	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010		
Não						
6.328.838	20,330	0	0,000	6.328.838	20,330	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.						
13.075.182/0001-01	BRA-RS	Não	Sim	11/04/2016		
Não						
6.626.258	21,280	0	0,000	6.626.258	21,280	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda						
07.009.537/0001-61	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010		
Não						
15.579.936	50,040	0	0,000	15.579.936	50,040	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
2.602.430	8,350	0	0,000	2.602.430	8,350	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PEROLI S/A PARTICIPACOES				01.093.994/0001-09	
TOTAL					
31.137.462	100,000	0	0,000	31.137.462	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FERRAGENS VIANNA S/A				92.192.236/0001-95		
OUTROS						
104.810	29,330	0	0,000	104.810	29,330	
TOTAL						
357.292	100,000	0	0,000	357.292	100,000	
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
08.173.613/0001-32	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010		
Não						
252.482	70,670	0	0,000	252.482	70,670	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.				13.075.182/0001-01	
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES					
411.410.400-34	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
500.000	7,950	0	0,000	500.000	7,950
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR					
207.412.940-87	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
559.500	8,890	0	0,000	559.500	8,890
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
HELENA MARTINS DE OLIVEIRA					
428.243.380-91	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
556.000	8,840	0	0,000	556.000	8,840
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.				13.075.182/0001-01	
IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR					
252.011.400-25	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
556.000	8,840	0	0,000	556.000	8,840
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
JOAQUIM MARIA DE OLIVEIRA SOARES					
005.298.500-87	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
45.000	0,710	0	0,000	45.000	0,710
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
LAURO DE OLIVEIRA LAPA					
007.256.330-34	PORTUGUES-RS	Não	Sim		
Não					
1.900.000	30,200	0	0,000	1.900.000	30,200
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.				13.075.182/0001-01	
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA					
400.874.250-68	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
500.000	7,950	0	0,000	500.000	7,950
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM					
457.707.270-04	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
559.500	8,890	0	0,000	559.500	8,890
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO					
417.879.780-87	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
559.500	8,890	0	0,000	559.500	8,890
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.				13.075.182/0001-01	
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA					
237.291.630-00	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
556.000	8,840	0	0,000	556.000	8,840
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
6.291.500	100,000	0	0,000	6.291.500	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				07.009.537/0001-61	
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA					
06.188.543/0001-60	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
3.776.250	40,001	0	0,000	3.776.250	40,001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA					
06.179.946/0001-43	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010	
Não					
1.886.250	19,980	0	0,000	1.886.250	19,980
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
3.777.834	40,019	0	0,000	3.777.834	40,019
TOTAL					
9.440.334	100,000	0	0,000	9.440.334	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR					
207.412.940-87	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.245.694	18,110	0	0,000	1.245.694	18,110
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
HELENA MARTINS DE OLIVEIRA					
428.243.380-91	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
570.950	8,300	0	0,000	570.950	8,300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR					
252.011.400-25	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
571.050	8,300	0	0,000	571.050	8,300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM					
457.707.270-04	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.135.439	16,510	0	0,000	1.135.439	16,510
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MARIA HELENA ALMEIDA DE OLIVEIRA					
805.975.990-68	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.647.278	23,970	0	0,000	1.647.278	23,970
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO					
417.879.780-87	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.135.539	16,510	0	0,000	1.135.539	16,510
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA					
237.291.630-00	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
571.050	8,300	0	0,000	571.050	8,300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
6.877.000	100,000	0	0,000	6.877.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.179.946/0001-43		
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES						
411.410.400-34	BRA-RS	Não	Sim			
Não						
1.890	49,970	0	0,000	1.890	49,970	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA						
400.874.250-68	BRA-RS	Não	Sim			
Não						
1.892	50,030	0	0,000	1.892	50,030	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
3.782	100,000	0	0,000	3.782	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				08.173.613/0001-32		
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.188.543/0001-60	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010		
Não						
390.000	40,271	0	0,000	390.000	40,271	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.179.946/0001-43	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010		
Não						
128.044	13,221	0	0,000	128.044	13,221	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
450.375	46,508	0	0,000	450.375	46,508	
TOTAL						
968.419	100,000	0	0,000	968.419	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR					
207.412.940-87	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.245.694	18,110	0	0,000	1.245.694	18,110
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
HELENA MARTINS DE OLIVEIRA					
428.243.380-91	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
570.950	8,300	0	0,000	570.950	8,300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR					
252.011.400-25	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
571.050	8,300	0	0,000	571.050	8,300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM					
457.707.270-04	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.135.439	16,510	0	0,000	1.135.439	16,510
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MARIA HELENA ALMEIDA DE OLIVEIRA					
805.975.990-68	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.647.278	23,970	0	0,000	1.647.278	23,970
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO					
417.879.780-87	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
1.135.539	16,510	0	0,000	1.135.539	16,510
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA					
237.291.630-00	BRA-RS	Não	Sim		
Não					
571.050	8,300	0	0,000	571.050	8,300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
6.877.000	100,000	0	0,000	6.877.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.179.946/0001-43		
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES						
411.410.400-34	BRA-RS	Não	Sim			
Não						
1.890	49,970	0	0,000	1.890	49,970	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA						
400.874.250-68	BRA-RS	Não	Não			
Não						
1.892	50,030	0	0,000	1.892	50,030	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
3.782	100,000	0	0,000	3.782	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	272
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	15
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	6

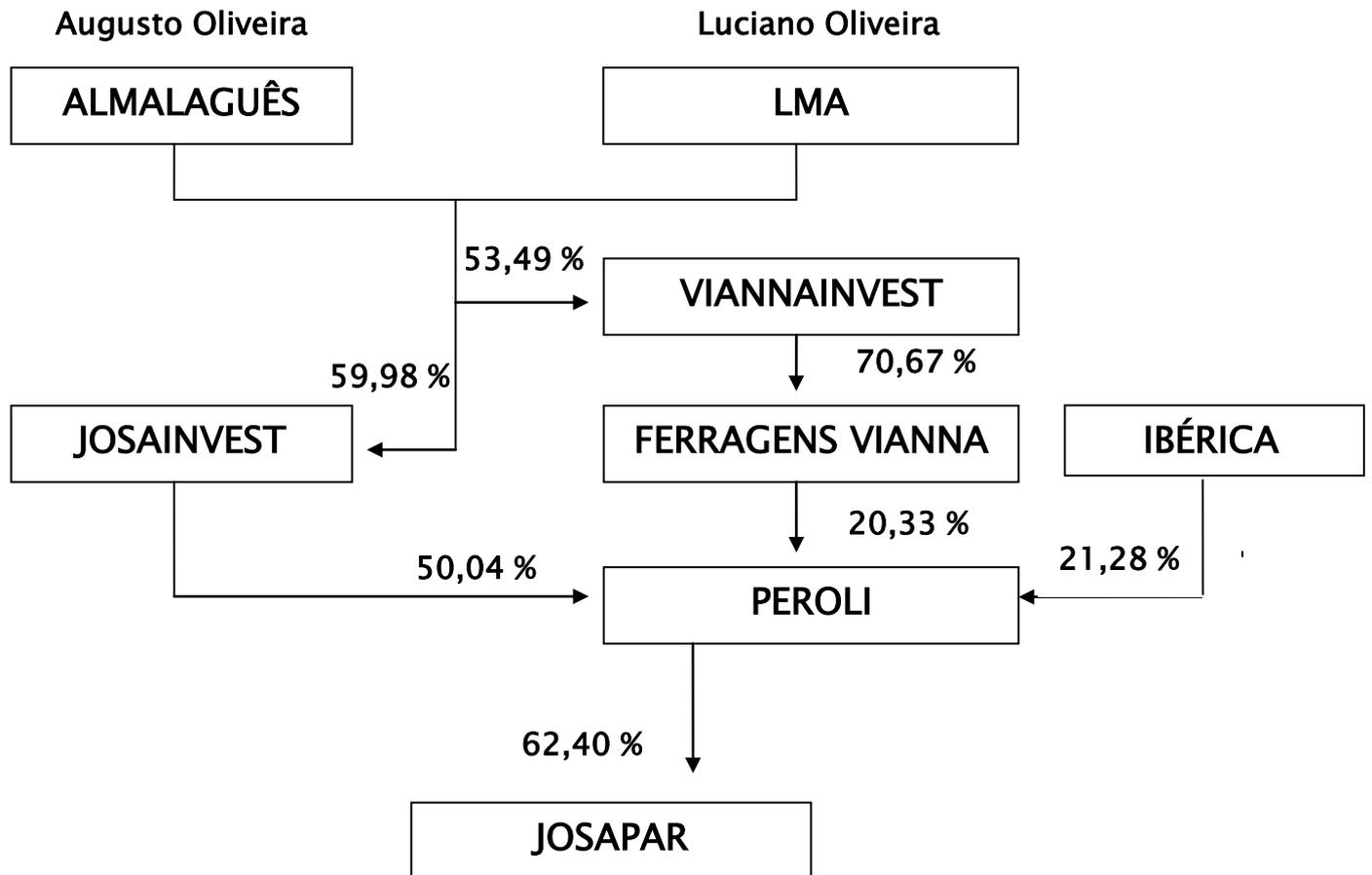
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	2.110.896	20,198%
Quantidade preferenciais (Unidades)	130.868	99,619%
Total	2.241.764	21,184%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Organograma do controle acionário



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Informações sobre acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia, do qual um controlador seja parte, regulando o exercício de direito a voto ou a transferência de ações da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais

2019: Não houve

2020: Não houve

2021: Não houve

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Principais Operações Societárias:

Não há operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Outras informações relevantes sobre dados de controle

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o controle societário da organização.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há regra formal específica para esse tema.

16.2. Relações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	3.231		10.777		
Peroli Participações S.A.	3.622			4.874	
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408			1.033	
Ferragens Vianna S.A.	2.811			2.811	
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	2.981			2.981	
Outros	2.288			3.206	
Em 31 de dezembro de 2017	15.341		10.777	14.905	
Real Empreendimentos S.A.	3.743		13.079		
Peroli Participações S.A.	3.741			4.993	
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408			1.033	
Ferragens Vianna S.A.	2.836			2.836	
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010			3.010	
Outros	1.650			2.819	
Em 31 de dezembro de 2018	15.388		13.079	14.691	

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há regra formal específica para esse tema. Detalhadas no anexo do item 16.1

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter

Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação às transações com partes relacionadas ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia. Não houve situação de conflito de interesse e não há regra formal para tratar o tema.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Outras informações relevantes – transações com partes relacionadas:

Não há informações relevantes.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2021	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2020	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2019	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há desdobramento, grupamento ou bonificação.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve redução do capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Outras informações relevantes sobre o Capital da Companhia

A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o Capital da organização.

18.1 - Direitos Das Ações**Espécie de ações ou CDA Ordinária**

Tag along 0,000000

Direito a dividendos Segundo o estatuto social da Cia, são assegurados a seus acionista dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado.

Direito a voto Pleno

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Não

Restrição a circulação Sim

Resgatável**Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate**

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Conforme a lei das Sociedades por Ações

Espécie de ações ou CDA Preferencial

Tag along 0,000000

Direito a dividendos As ações preferenciais tem preferência no pagamento dos dividendos conforme a lei das Sociedades por ações, a elas ainda é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício, de acordo com o Estatuto Social da Cia.

Direito a voto Sem Direito

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Não

Restrição a circulação Sim

Resgatável**Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate**

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Conforme a Lei das Sociedades por Ações

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, regras estatutárias que limitem o direito a voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não existem tais regras estatutárias.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não há exceções e cláusulas suspensivas previstas em estatuto.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Companhia entende que devido ao ínfimo volume de negociações, esses movimentos podem não representar com exatidão a precificação dos valores mobiliários da organização, prejudicando a análise e tomada decisão de investimento na empresa.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há outros valores mobiliários emitidos.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia, não há ações em outras rubricas que não sejam ordinárias e preferenciais.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores da Companhia são admitidos à negociação

BOVESPA.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia, não há negociações com mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas ou coligadas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Outras informações relevantes sobre Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Valores Mobiliários.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há plano de recompra.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há movimentação de VM em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações relevantes sobre recompra de valores mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre recompra de Valores Mobiliários.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de negociação formal estabelecida.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de negociação de Valores Mobiliários.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A política formal de divulgação de informações segue as regras estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Prevê a disponibilização imediata de ato ou fato relevante à CVM, através do sistema IPE, na área de investidores do site da Companhia na rede mundial de computadores, na seção comunicado ao mercado das informações periódicas e eventuais da organização – http://josapar.com.br/tipo_investidor/comunicado-mercado/, e nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia para veicular suas publicações.

A íntegra da política pode ser obtida no link a seguir: <http://josapar.com.br/wp-content/uploads/2012/02/08-07-02-Política-de-Divulgação-de-Ato-ou-Fato-Relevante.pdf>

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ n.87.456.562/0001-22
NIRE 43300009882

COMPANHIA ABERTA

MANUAL DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES

A comunicação, divulgação e uso de informações relevantes da JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES, doravante designada, simplesmente, “Companhia”, regular-se-á pelo disposto no presente Manual, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares vigentes.

1. Responsável pela divulgação do ato ou fato relevante:

Compete ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e a bolsa de valores e/ou entidade de balcão organizado em que são negociados os valores mobiliários emitidos pela “Companhia”, todo e qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da “Companhia”, assim entendida qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos da administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da “Companhia” ou a eles referenciados; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares dos valores mobiliários emitidos pela “Companhia” ou a eles referenciados.

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, por sua vez, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento, para que este promova a sua divulgação.

2. Forma de divulgação do ato ou fato relevante:

A divulgação do ato ou fato relevante envolvendo a “Companhia” dar-se-á, de forma completa e detalhada, por meio de publicação no Diário Oficial (Indústria & Comércio) do Estado do Rio Grande do Sul, Jornal do Comércio de Porto Alegre e no Diário do Comércio e Indústria de São Paulo, jornais utilizados habitualmente pela “Companhia” para veicular suas publicações.

Além da divulgação através da imprensa, em atenção ao exigido através do Ofício Circular/CVM/SGE/Nº01/2002, de 26.04.2002, as informações acerca de (a) atos ou fatos relevantes; (b) ofertas públicas; (c) alienação de controle; e (d) aquisição e alienação de participação acionária relevante, bem como nas negociações de controladores e acionistas, deverão ser enviadas à Comissão de Valores Mobiliárias, por meio eletrônico, ao seguinte endereço: <http://www.cvm.gov.br>.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas²

3. Prazo para divulgação de ato ou fato relevante:

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, preferencialmente, antes do início ou após o encerramento dos negócios na bolsa de valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da “Companhia” são negociados.

Não sendo possível a divulgação do ato ou fato relevante antes do início ou após o encerramento dos negócios na bolsa de valores, conforme estabelecido no parágrafo precedente, sendo necessária a sua divulgação durante o horário de negociação, poderá o Diretor de Relações com Investidores, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da “Companhia”, pelo tempo necessário á adequada disseminação da informação relevante.

4. Exceção à imediata divulgação de ato ou fato relevante:

Excepcionalmente, é facultada a não divulgação imediata de ato ou fato relevante que, a juízo dos acionistas controladores e/ou administradores da Companhia, colocaria em risco interesse legítimo da “Companhia”.

Neste caso, os administradores e/ou acionista controlador da “Companhia” fica obrigado a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da “Companhia” ou a eles referenciados.

Os administradores e acionistas controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos ou fatos relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a “Companhia”, endereçando requerimento ao Presidente da Autarquia, em envelope lacrado, no qual deverá ser aposta a palavra “Confidencial”.

5. Dever de guardar sigilo:

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, e os empregados da “Companhia”, deverão (a) guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou da posição que ocupam, até sua divulgação no mercado, e (b) zelar para que seus subordinados e pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo.

6. Divulgação de informações específicas:

Para a divulgação de informações referentes a (a) ofertas públicas que dependam de registro na Comissão de Valores Mobiliários; (b) alienação de controle; (c) negociações de ações de emissão da “Companhia” por seus administradores e pessoas ligadas; (d) a aquisição e alienação de participação acionária relevante, e sobre negociações de controladores e acionistas, deverão ser observadas, respectivamente, o disposto nos artigos 9, 10, 11 e 12 da Instrução CVM n. 358, de 03.01.2002.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

7. Adesão ao Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações:

7.1 Deverão aderir formalmente ao presente Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações, através da assinatura do respectivo Termo de Adesão, conforme modelo anexado a este manual como Anexo I, os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, e por todos aqueles que, em virtude de seu cargo, função ou posição na “Companhia”, tenham acesso a informações relevantes.

7.2 O Termo de Adesão será arquivado na sede social da “Companhia”, sita Rua Professor Dr. Araújo n. 1653, Pelotas, RS, enquanto a pessoa que a ele aderiu mantiver vínculo com a “Companhia”, e por 05 (cinco) anos, no mínimo, após o seu desligamento.

7.3 A “Companhia” manterá em sua sede social, à disposição da CVM, a relação das pessoas mencionadas no item 7.1 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso, atualizando-a imediatamente sempre que houver qualquer modificação.

8. Disposições Gerais:

Qualquer alteração neste Manual deverá ser tomada pelo Conselho de Administração e comunicada à Comissão de Valores Mobiliários e à bolsa de valores e entidade de balcão organizado onde os valores mobiliários de emissão da “Companhia” são admitidos à negociação.

O Diretor de Relações com Investidores é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento da política de divulgação de atos e fatos relevantes regulada através do presente Manual, bem como para prestar o esclarecimento a quaisquer dúvidas a respeito de sua aplicação.

O presente instrumento é assinado por todos os Conselheiros de Administração da “Companhia”, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Pelotas, RS, 30 de julho de 2002.

Augusto Lauro de Oliveira Jr.
Diretor de Relações com Investidores

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos⁴ relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Anexo I

TERMO DE ADESÃO AO MANUAL DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES DA JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

Pelo presente instrumento, (nome e qualificação), residente e domiciliado(a) em, inscrito(a) no CPF/MF sob n., portador(a) da Carteira de Identidade n., doravante denominado simplesmente “Declarante”, na qualidade de (cargo/função ou relação com a Companhia) da **JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. – PARTICIPAÇÕES**, companhia aberta, inscrita no CNPJ sob n.-....., com sede em, doravante designada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações da Companhia, cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de informações relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

....., RS, de de

.....
(Inserir nome do Declarante)

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

CPF:

Nome :

RG.:

CPF:

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações são de responsabilidade compartilhada entre o Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores e o Diretor Administrativo Financeiro.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de divulgação de informações ao mercado.